

### **3 – FEIÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA-ACREANA**

A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados. (FOUCAULT, 2000, p.159).

#### **3.1 Apreensão do espaço produzido**

A compreensão do espaço agrário produzido na Amazônia-acreana poderia ser feita, simplesmente, pela apreensão da dicotomia *campo-cidade* ou *rural-urbano*. Todavia, o agrário regional, no contexto das relações que o produziu, traz para os dias atuais feições espaciais que não podem ser apreendidas simplesmente pela aplicação desses conceitos. A condição que a produção global impôs ao espaço local resultou em certas especificidades, que nos fazem questionar se tais categorias de análise contemplam as dimensões de um espaço que começou a ser produzido a partir da floresta. De uma coisa estamos certos, aqui *floresta* não foi e não é sinônimo de espaço não-produzido. Então, sob as bases da produção da empresa extrativa, os seringueiros demarcaram os territórios produtivos das empresas e do trabalhador (seringal/colocação), os territórios vivenciais dos trabalhadores (colocação/colônia), abriram as estradas de seringas, os varadouros, as clareiras onde construíram suas moradas e as sedes dos barracões, identificaram as árvores produtivas, aprenderam a colher da *floresta* muitos recursos nela contida para o seu viver cotidiano. Daí, a *floresta* chegar aos dias de hoje, como espaço pelo qual também se luta para mantê-la como ambiente de vivência social.

Negar tais condições evidenciará a compreensão da produção deste espaço sob viés único de “produzir” pela artificialização do ambiente natural, isto é, da floresta. Nega-se o seu potencial como parte das forças de produção socialmente localizadas (natureza, trabalho e sua organização, tecnologia e conhecimento). Isto, na realidade amazônica-acreana, desconsideraria as históricas relações de produção e de sociabilidade que se desenvolveram na *floresta* e a partir da floresta<sup>1</sup>. Na verdade, na realidade local, o agrário<sup>2</sup> também está para a *floresta* como está para o *rural* e para o *campo*.

<sup>1</sup> - Neste sentido, concordamos com Lefebvre (1992) de que a história do espaço, de sua produção qual se apresenta na realidade e de suas formas de representações, não pode ser confundida nem com as causas de séries de acontecimentos, nem com uma sequência de costumes e leis, ideais e ideologia, estrutura e instituições (superestruturas). Porém, pode-se admitir que as forças de produção e, naturalmente, as relações de produção, representam uma parte, embora ainda não a tenhamos definida na produção do espaço. Daí a pertinência de ver na *floresta* um espaço produzido que se configura territorialmente no âmbito do agrário regional.

<sup>2</sup> - O que estamos propondo é superar, na compreensão do *agrário* produzido, a visão dicotômica e excludente de conceitos que, ao nosso ver, estão subjacentes à sua significação. Assim, no *agrário* visto como *abrigo* dos

Então, como podemos apreender estas distinções? E ainda, considerando que a concreticidade conceitual se manifesta em espaços e territórios produzidos, como se torna possível apreendermos e dimensionarmos essas significações na realidade estudada? Há evidências reais de que existe uma interpenetração dessas dimensões na realidade do vivido dos sujeitos sociais que produzem e inscrevem tais significações no seu cotidiano. Certamente, por aí poderemos definir o recorte destes aspectos na apreensão das dimensões fundamentais do espaço produzido, sobretudo visto a partir do “agrário” amazônico-acreano.

Na Amazônia, as áreas que se formaram a partir da implantação do extrativismo da borracha, em especial, sob a ótica de organização produtiva empresarial, foram produzidas num padrão socioeconômico de ocupação incorporando áreas florestais. O espaço produzido aparece como faces de um processo, no qual vincula diretamente ao uso do solo florestal e dos recursos naturais toda a sustentação socioeconômica. Assim, já a partir de meados do século XIX, a floresta em si, perante o potencial de produção da matéria-prima da borracha natural, torna-se também base da produção de vivência social via a atividade social trabalhadora<sup>3</sup> dos migrantes nordestinos que chegavam. Então, muito mais do que uma viabilização da empresa extrativista fixava-se também as pré-condições de uma formação socioespacial dada sob o ambiente florestal como espaço produzido, no âmbito da produção global do capitalismo (pois a *floresta* antes já era produzida como ambiente de vivência dos indígenas que a habitavam). Por outro lado, é sob a influência destes sistemas produtivos florestais que se forja a formação das incipientes aglomerações populacionais, onde se vê desenvolverem os primeiros rastros de uma vida cidadina, assim como de uma incipiente organização produtiva, exclusivamente agrícola e criatória.

Embora a *floresta* por muito tempo tenha sido considerada como sinônimo de espaço não-produzido, visto no âmbito do circuito produtivo hegemônico mundial, isso não se aplica à realidade amazônica-acreana, desde o princípio de sua ocupação. A condição da *floresta* como *espaço produzido* estava na raiz da formação social e territorial do Acre, já no final do século XIX, no âmbito da produção agrária que se estabeleceu neste território, posteriormente incorporado pelo Brasil. Esse espaço produzido, assim se coloca no presente, perante as configurações territoriais apreendidas como produto deste passado que,

---

conceitos de *campo* e *rural*, esses aparecerão, então interligados dialeticamente numa relação social do produzido que os condicionam como co-participantes do processo global que *abriga* também o conceito de *cidade* e *urbano*.

<sup>3</sup> - Na realidade agrária referida, o trabalho configura-se como um processo de trocas recíprocas entre o homem a natureza (entendida como seu entorno). Esta relação, que é progressiva e dinâmica, num processo de renovação promove modificações e incorporações tanto no homem como na própria natureza. Então se compõem feições

dialeticamente, nele está contido e ele o contém. Isso significa dizer que no âmbito desta produção<sup>4</sup>, o passado deixa suas impressões demonstrando que o tempo tem escritas próprias. O espaço será sempre o agora e o antes; um espaço presente, visto como totalidade completa em suas associações e conexões pretéritas e futuras com a atualidade. Visto na sábia expressão de Horieste **Gomes** (1991, p. 56), “o espaço e o tempo exprimem continuamente um ser (existir) e um vir a ser (vir a existir)”. Então, o processo de produção do espaço é produto do presente em si mesmo, mas com estes aspectos temporais que se colocam de forma inseparáveis, não como duas idéias ou momentos separáveis (LEFEBVRE, 1992). Estão presos simultaneamente ao sentido do que é produzido e à corporificação destas relações, isto é, na sua espacialização, na inserção territorial dos processos sociais que se constróem (SANTOS, 1996).

Neste sentido, o espaço agrário produzido na Amazônia-acreana traz em si rastros desses conteúdos pretéritos dando base à existência da diversidade no presente: o agrário se diversifica por três conceitos básicos em sua apreensão – o *rural*, o *campo* e a *floresta*, numa visão ora de conexões/interpenetrações, ora de negações/inter-oposições recíprocas ao *urbano* e a *cidade*. Diante disso, quais seriam as bases da produção do espaço que se forjam tornando possível serem apreendidas? Para esta resposta, parece-nos pertinente antes tecer algumas considerações teóricas sobre o *espaço produzido* para que possamos obter melhor compreensão dos processos que produzem este espaço regional.

Concordamos que o “espaço produzido” se mostra a partir de três dimensões, ou melhor, de uma tríade conceitual em sua apreensão: o “percebido, o concebido e o vivido”, como explicou **Lefebvre** (1992). Daí depreende-se três categorias para a análise do espaço produzido, conforme o referido autor (id *ibid*):

- **Prática espacial.** Através da qual pode-se compreender como as práticas sociais exercem o poder de segregação espacial de parte da própria sociedade em si. Nisso se propõem e pressupõem, numa interação dialética, lenta e definida, modos de controlá-la e de apropriá-la de forma segregada. É nessa situação que o espaço produzido não se caracteriza por ser contínuo, mas sim sendo permeado por discontinuidades.

---

que representam cada momento histórico das ações sociais que se materializam (SANTOS, 1996) hoje, seja na *floresta*, no *campo* ou mesmo na *cidade*.

<sup>4</sup> - Considerando o aspecto teórico/prático, vemos que o espaço é muito mais que instâncias, representações constituintes da realidade social. Ele é a dimensão material concreta das relações sociais em que se processa a reprodução social. Já o território é um produto produzido pela prática social, e também consumido, utilizado e vivido como meio, sustentando, portanto, a prática social que se localiza (BECKER, 1983).

- **Representação do espaço.** Trata-se de vermos o espaço conceituado. É o espaço vivido, percebido e concebido a partir das significações que lhe atribuímos. Este é o espaço dominante de algumas sociedades na forma que resulta dos processos engendrados na sua produção. A concepção de espaço que se firma tende, com certas exceções, a voltar-se para um sistema de signos verbais, o que lhe confere um *status* de, intelectualmente, ser colocado como um conceito resolvido.
- **Espaço representacional.** Refere-se ao espaço como é diretamente visto através de sua imagem e símbolos associados, sendo, portanto, o espaço dos “habitantes” e “usuários”. É também o espaço de alguns artistas e de alguns escritores e filósofos, que descreve e inspira mais do que quem propriamente escreve. Este é dominado – e, portanto, passivamente experimentado – espaço que a imaginação busca mudar e apropriar. Então, com certas exceções, esse espaço pode ser chamado de um sistema coerente de símbolos não-verbais e signos.

É nisto que se inscrevem dimensões que a partir da concepção da prática espacial aplicada da realidade amazônica-acreana, tem-se a materialização da diversidade macro do espaço produzido regionalmente. No âmbito das representações sociais, esse espaço produzido se materializa como *territórios de vivências*, seja no *campo*, na *floresta* e na *cidade*, ou como dimensões do *rural* e do *urbano* que emergem da produção do vivido local. Então, dá-se a inter-relação destas dimensões formando o universo de representações e significações criadas/produzidas, ou seja, a dimensão representacional do espaço. A materialidade e concreticidade dos processos (ainda que se inscrevam no âmbito da instituição do simbólico e do imaginário social) formaram-se no contexto da produção socioeconômica em que se deu a apropriação dos territórios dos povos nativos para a implantação e afirmação da empresa extrativista (das últimas décadas do século XIX ao início do século XX). Mas também, provém do processo de formação de uma identidade social camponesa florestana e da pequena expressão social de uma incipiente identidade camponesa agricultora que se desenvolve marginalmente às produções agroextrativistas, até princípios da década de 1970.

Este universo representacional se forma no contexto de práticas sociais de sujeitos que terão suas identificações exacerbadas a partir do avanço da fronteira agropecuária (1970). A suscitação de conflitos de identidades (entre os próprios trabalhadores) amplia-se com a chegada de maior número de trabalhadores camponeses em atividades agropecuaristas, que nas especificações da materialização do espaço produzido, tornam-se mais evidente as

diferenças internas entre seringueiros e colonos migrantes. É neste ambiente que se desenvolve a ressignificação de um conteúdo socioespacial, inscrevendo-se no que podemos agora chamar de “espaço representacional” da luta de resistência dos trabalhadores camponeses amazônicos-acreanos.

É desta conjuntura processual no espaço produzido a partir da *floresta*, socialmente transformada em ambiente produtivo (econômico, social e cultural), que é trazido para a vivência, para o embate político (nos movimentos sociais) e para a pressão social (como a exercida pelo poder público), os significados que interagem em nossa cotidianidade. O que seriam então estes significados? Seriam algo, ou melhor, manifestações históricas que poderíamos tratá-las como as *rugosidades*; estas ao longo das décadas de transformação desse espaço em áreas do domínio capitalista se formaram e se mostraram como *permanências* que tanto se territorializam, como atuam sobre a territorialização<sup>5</sup>. No espaço produzido atual, “representa um tempo do passado que, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento” (SANTOS, 2002, p. 140). Na realidade, referimo-nos, então, ao conteúdo geográfico e histórico de todo o processo de ocupação e formação sóciopolítico amazônico-acreano: o seringal, a colocação, as estradas de seringa, os roçados, a floresta, o rio, os seringueiros (as), a pequena produção familiar agrícola e pecuária, o convívio com o ambiente, os elementos culturais que se recriam ou se forjam, etc.

### 3.2 Especificações no tratamento do agrário produzido

Como podemos compreender a configuração do espaço e do território no agrário produzido, no âmbito regional e nacional? Partimos de duas situações constatadas: por um lado, há uma tendência a homogeneizar o tratamento na realidade nacional pela distinção dicotômica *campo-cidade*, *rural-urbano*, em que a *floresta* é tratada como espaço não-produtivo (mais que não-produzido), enquadrando como ambiente *não-urbano* e mais ou menos *rural* ou marginalmente como “*campestre*”. Por outro lado, vista das condições em que foi e é produzida a partir da presença social no seu interior, a *floresta* se coloca como ambiente socializado tanto quanto o *campo* ou a *cidade*, diferenciando-se no que se refere aos processos produtivos quando esses submetem ao ambiente natural a produção do espaço<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> - Conforme Santos (2002, p. 43; 140), “chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Não apenas como legados “físico-territoriais”, mas também como “socioterritoriais e sociogeográficos” que podem ser vistos.

<sup>6</sup> - Isso, pois ao produzir as condições de viabilização da floresta no âmbito de ação da empresa, forjou-se valores da vida social e econômica com influências recíprocas. Seria, numa visão da dialética do espaço produzido, a apreensão de que no processo de desenvolvimento humano não há separação do homem e da

Então, materializam-se também as relações de convívio no lugar em que, no âmbito da produção camponesa, marca o que entendemos ser a materialização do seu *espaço e território de vivência* (o que discutiremos no final desta parte).

Para uma primeira aproximação à questão, como poderíamos encarar as especificações do espaço produzido regionalmente? Bom, parece-nos que uma primeira constatação, com relação ao espaço agrário, refere-se às especificações das feições espaciais produzidas, tratadas no âmbito dos trabalhos de pesquisadores ou em classificações pelo Poder Público. O *urbano* realmente condiz com o modo de vida, combinado à produção territorial da *cidade* que, em si, é diferente do *rural* (visto, inclusive, como *floresta*). Já a conotação da *cidade* é mais de caráter de centro político e comercial. Ambos, em seus processos interativos, dão significações a uma realidade que pode, seguramente, configurar-se numa sociedade que reproduz à custa da significação do “agrário”. Daí como ficariam as especificações da *floresta*? Ela sempre foi vista e dimensionada no que caracterizam como *setor rural* (Cf., p.e., BASA, 2002). Todavia, antes de aprofundar mais o assunto, como já referimos, vejamos os tratamentos dados à caracterização do espaço agrário produzido:

**a) Quanto aos trabalhos de pesquisadores.**

Aqui há três condições formais de encarar a questão:

- **A produção da floresta vista como etapa para outras formas de produção.** O espaço produzido na *floresta* é tratado como produção do espaço *rural* ou do *campo* brasileiro, sendo forçadamente identificada a sua reprodução como uma etapa para a futura produção agrícola e pecuária. Trata-se da maioria dos estudos tradicionais sobre o Acre/Amazônia (p. e., COSTA, 1940; REIS 1954; GUERRA, 1955 etc.).
- **A floresta vista como parte da produção do campo.** Refere-se à maioria dos trabalhos recentes sobre a Amazônia que vêem a floresta como ambiente que produziu formas próprias de organização, mas tratam-nas como especificidades da produção do *rural* ou *campo*, no âmbito do agrário brasileiro (p.e., IANNI, 1978; SILVA, 1982; CALAÇA, 1983; SILVA, 1999 etc.).
- **A floresta visto como espaço produzido específico.** Tratam da questão distinguindo-a da produção do *campo*, porém não localizam a questão teoricamente defendida. Aqui estão algumas das mais recentes pesquisas

---

natureza. Na produção do vivido, a “natureza se socializa e o homem se naturaliza”, como explica Santos (1996).

sobre o agrário regional (p.e., GONÇALVES, 1998; CALAÇA, 1999; ALBUQUERQUE, 2001; PAULA, 2003 etc.).

Os estudos que caracterizam esta terceira condição têm o mérito de tecer críticas às visões anteriores e propor que no entendimento do espaço agrário amazônico sejam consideradas as especificidades que se constituem a partir da floresta. Percebem que tal realidade socioespacial não pode ser apreendida numa simples análise da produção do campo brasileiro. Todavia, no âmbito geral, não trata de uma discussão conceitual, mas de considerações práticas no decorrer de suas análises.

#### **b) Quanto ao âmbito institucional.**

Aqui podemos distinguir as seguintes situações:

- **Dos movimentos sociais** – sobretudo os STRs e organizações coletivas e comunitárias, em geral diferenciam “trabalhadores” extrativistas dos agricultores (p. e., Cooperativas das associações de *seringueiros* e *agricultores* do Vale do Juruá). O que deixa transparecer que concebem o espaço produzido na *floresta* (*locus* do seringueiro) como diferente, porém não antagônico, àquele produzido no *campo* (*locus* do agricultor). Todavia, quando referem ao *rural*, há uma identificação das diversas categorias camponesas que congregam (p. e., Sindicato dos *Trabalhadores Rurais* de Xapuri).
- **Dos órgãos da administração pública.** Destacam-se três especificações:
  - Primeiro, do **Governo Federal** que a partir do Ministério do Meio Ambiente, tem tentado implementar políticas próprias para a *floresta*, sobretudo introduzindo-a no tratamento das Unidades de Conservação (UCs.). Nisto diferencia-se a produção do *campo* e da *floresta* mais por suas características naturais de que pelas ações sociais existentes. Essas políticas se inserem no âmbito do chamado “novo rural” (SILVA, J. G 1999), iniciado com o Governo de FHC e dado prosseguimento no governo atual. Na concepção da criação das UCs., excetuando-se as reservas extrativistas, não há lugar para que o trabalhador florestal (posseiro, seringueiro etc) possa firmar-se em seu território vivencial (p.e., nos parques nacionais em que não se prevê a permanência de populações; já nas florestas nacionais, mesmo prevendo o uso e a permanência, isso implicaria num novo rearranjo territorial na área em que são implantadas).

- Segundo, das **Instituições de Fomentos**, sobretudo o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia. As linhas de crédito voltadas para o extrativismo se subordinam ao montante destinado à agricultura (campo) ou às linhas gerais de créditos rurais (p. e, ao especificar as linhas de crédito como parte do “setor rural” e caracterizar as especificidades quanto à agricultura, à conservação da floresta, ao extrativismo e à pecuária).
- Terceiro, do **Estado do Acre**. Tradicionalmente a *floresta* como espaço produtivo ou a ser produzido é encarada como *rural*, em que as questões levantadas do *meio ambiente* são apresentadas como “sinônimas” àquelas referentes ao *campo* (no âmbito geral do agrário). Durante o “Governo da Floresta”, tem-se implantado mudanças com a criação da SEFE (onde se propunha tratar a *floresta* com “setor” produtivo específico) e, posteriormente, a SEPROF (onde já muda o conteúdo da proposta anterior, para tratar a partir da concepção da produção familiar) e a instituição de departamentos ligados à produção florestal e da agricultura. As especificidades que podiam ser apreendidas no âmbito das lutas e dos movimentos sociais são trazidas para o âmbito institucional. Todavia, na prática, ainda se vê com pouca clareza a efetivação de tais distinções no plano da execução de políticas agrárias no setor florestal e não-florestal.

Há em todos os âmbitos citados um consenso: os espaços produzidos na *floresta* se inserem no âmbito da produção do que identificamos como *rural*.

Então seria esse um ponto conceitual já firmado? Para uma aproximação inicial, podemos dizer que sim. Mas em que dimensões do espaço produzido se inscrevem estes conceitos, perante a realidade tratada? Do ponto de vista geral, podemos dizer que o conceito de *rural* engloba estas dimensões do espaço, pois ao serem produzidas em si, de formas concretas, suas significações derivam-se mais das especificações que se efetivam, primeiro, no plano da “representação do espaço e do espaço representacional” do que no da “prática espacial” (no qual se inscreveria em primeiro o *campo* e *floresta*). Daí o *rural* (tal qual a concepção e *urbano*) tratado, pode ser entendido como um conceito inscrito por elementos e processos de um universo que concretiza pela representatividade do simbolismo e imaginário social em que permeiam modos de vida, valores socioculturais territorialmente identificados e suas implicações nas relações sociais e econômicas que produzem o espaço agrário local (seja do *campo* ou da *floresta*).



A pertinência e amplitude dessa reflexão sobre o *rural* se depreendem, por exemplo, de quando o próprio CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) no III Encontro Nacional dos Seringueiros em 1992 (realizado em Rio Branco de 26 a 29/03/1992), ao defender um território florestal (no caso as RESEXs) insere socialmente suas lutas nesses âmbitos conceituais: “a reforma **agrária** é fruto das iniciativas do próprio trabalhador **rural**, seja ele extrativista, colono ou sem-terra organizados em sindicatos, cooperativas, associações ou movimentos para legalizar seus ganhos” (CNS, 1992, p.07). Então, parece-nos situar a dimensão de um *ethos* dos sujeitos sociais representados, mas, em especial de uma concepção social camponesa, tendo a condição de classe social como horizonte. Na verdade é também uma demonstração da unidade perante a diversidade (categorias camponesas) apresentada na totalidade do espaço produzido (visto no âmbito da luta no agrário). Portanto, como totalidade, o agrário se revela por força das contradições como uma realidade dialeticamente concebida sob as diversidades em que está inscrito no âmbito socioespacial da realidade amazônica-acreana.

### 3.3 A totalidade do espaço agrário produzido

O espaço produzido visto como totalidade<sup>7</sup> nos permite apreender as múltiplas relações que nele concretizam e se materializam. Há uma visão dual do que é *agrário* e do que *não é agrário* que se depreende mais da situação dos processos relacionais que os produzem (de trabalho, de sociabilidade, de escalas relacionais, mas também de conflitos de classes etc.) e dos meios de produção empregados (uso da terra, sistemas de habitação, implementos, condições sociais de detentores ou não do seu domínio territorial etc.), do que como qualificação essencialmente distintiva, ou seja, de uma qualidade de ser diferente em si. Todavia, no âmbito da totalidade que se apresenta o espaço produzido é “uma realidade fugaz que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2002, p. 117). Aparece, contudo, norteador por práticas espaciais e relações representacionais que confirmam-no a partir da concreticidade e da materialidade que permitem identificar as dimensões distintivas que fazemos: do *rural* e do *urbano*, do *campo*, da *floresta* e da *cidade*. São faces das “descontinuidades” (GOMES, 1991) que se mostram como unidade interagindo com a diversidade no agrário produzido.

---

<sup>7</sup> - Neste sentido, conforme Santos (2002, p. 116), estamos compreendendo conceitualmente a totalidade como sendo todas as dimensões que se depreendem deste universo agrário amazônico-acreano, formando uma unidade na diversidade. Então a interação das partes dessa unidade forma a totalidade, em que as partes não explicam o todo, mas ao contrário. A compreensão das partes, no âmbito do processo geral, permite uma visão da totalidade nas relações dinâmicas e contraditórias que as produzem. Assim, “a totalidade é a realidade em sua integridade”.

Mas de onde se depreende estas dimensões conceituais? Ora! Todo conceito é uma representação significada da realidade em sua materialidade intelectualmente concebida. Portanto, provém de um conteúdo concreto especificando as diferenças promovidas por processos produtivos sociais, nas feições do espaço agrário produzido (Quadro 1).

**Quadro 1:**  
**Caracterização do espaço social produzido, visto do “agrário”**

Relações fundamentais do espaço produzido na Amazônia-Acreana,	Categorias		Processos de manifestações dimensionadores	Manifestações de reciprocidade
	Subjetivas	Objetivas		
	<b>Espaço Agrário:</b> define-se a partir de relações múltiplas (produtivas, econômicas, culturais etc.) sobre ambiente, ligadas à atividades do uso direto do solo	<b>Campo:</b> território que é dimensionado a partir do agrário, pelo cultivo da terra.	<b>Relações produtoras:</b> ligadas ao uso da terra; as transformações nas características naturais; a recreação e artificialização de novos ambientes, pelo desmatamento e o cultivo e criação de espécimes vegetais e animais. Aspectos culturais ligadas ao cultivo da terra e práticas criatórias	<b>Campo-floresta</b> As relações de produção e trabalho sobre a terra como meio fundamental; base de mão-de-obra familiar; domínio da terra de trabalho pautado mais em relações de afetividade de que econômica; representação social no âmbito geral sociedade; projetos de vida produzidos sob ideais de “viver bem” – lógica da auto-sustentação <i>versus</i> a da acumulação. Aproximação sociocultural com trocas de saberes.
		<b>Floresta:</b> território que se dimensiona a partir do agrário pelo aproveitamento dos recursos naturais das florestas	<b>Relações produtoras:</b> ligadas ao uso da terra florestal, enquanto potencialidade da natureza. Operam via de sistemas produtivos de extração e coletas, mas há pequenas áreas de atividades agrícolas e criatórias. Aspectos culturais ligadas ao uso da floresta e seus recursos.	
	<b>Espaço Citadino:</b> fundamenta-se num modo de vida diferente do que predomina no agrário, mesmo quando suas relações produtivas e de trabalhos dependem em exclusivo do campo ou da floresta	<b>Cidade:</b> território que se forma a partir de concentração populacional e socioeconômica, instituindo transformações no ambiente natural e sociocultural do lugar, num padrão de ocupação populacional mais concentrado sobre o solo.	<b>Relações produtoras:</b> em que o trabalhador está alienado dos meios de produção; ou ainda tem aí seu <i>locus</i> de moradia, mas trabalham no agrário ( <i>campo</i> ou <i>floresta</i> ). Aspectos culturais desvinculado da terra como meio de produção, recriando sobre um modo de vida citadino.	<b>Cidade-campo-floresta:</b> relações de serviços oferecidos e de <i>locus</i> de circulação de mercadorias do agrário no espaço citadino. <i>Locus</i> de interlocução política, de lazer e de contato com mudanças mais bruscas, sobretudo no âmbito sociocultural.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2004.

Na questão demonstrada, tratamos do fato de que na Amazônia-acreana o conceito de *espaço agrário* e *espaço citadino* não pode ser visto como representações socioespaciais excludentes. Vemo-lo como parte da passagem da condição de subjetividade para a objetividade no espaço produzido (seja da qualidade para a quantidade, ou do espaço produzido ao território percebido e vivido). Então, numa dimensão da dialética deste espaço produzido, o *agrário* contém territorialmente o *citadino* – o espaço da cidade em si; mas o contém como sua negação e sua confirmação, vista no campo da subjetividade. Isso ocorre mesmo perante as relações de reciprocidade que se estabelecem enquanto condição de vida (sociocultural, relacional, comportamental) que permite a *cidade* (ou territórios citadinos nas pequenas “aglomerações” populacionais) se qualificar como *urbana*, ainda que em profundos espectros do *agrário/rural*, materializados nas pequenas cidadelas e vilarejos (são “cidades políticas”, sob o ponto de vista de serem sede de municípios). São faces do espaço produzido numa *sociedade agrária* que institui uma vida “chamada” de *urbana*, porém amplamente dependente do espaço circundante. Daí institui também o *rural* como dimensão produzida sobre a realidade do *campo* e da *floresta*.

No Quadro 2, tratamos das questões como se apresentam no âmbito conceitual da objetividade e da subjetividade. Isso nos levará a entender a diversidade representada na amplitude do conceito de *agrário*. O *agrário*, como um processo apreendido na ampla dimensão do espaço produzido territorialmente, faz-se por relações diversas na materialização de formas territorializadas de ações sociais. Então, sua cognoscibilidade se mostra muito mais por meio da interlocução que podemos estabelecer com as relações produtivas que produzem o espaço, do que pelos elementos predominantes na configuração visível ou “invisível” (porém, perceptível) do espaço produzido, dos valores socioculturais e dos modos de vida que configuram, passíveis de aparentes dicotomias na paisagem de um lugar. No *agrário*, diante da sua dinâmica produtiva, o *rural* dialoga com *campo* e *floresta* para se completarem como “parceiros” dialéticos com o *urbano* e *cidade*, nas expressões e impressões interagindo no espaço produzido (o que é social e territorialmente apreendido).

Neste sentido, no espaço agrário produzido, sua condição concreta se dá sob dimensões **objetivas**: p.e, referimos aquilo que caracteriza *agrário* como *campo* e *floresta* territorialmente, como o ambiente, forma de ocupação e uso do solo, moradia, delimitações territoriais etc.; e **subjetivas**: p.e, naquilo que qualifica o *agrário*, porém que não se materializam como ser físico (um “ente” propriamente), mas se concretiza no âmbito

representacional, como o modo de vida, costumes, sentido e simbolismo sociocultural da terra, seu uso significado, relações comunitárias etc.

**Quadro 2:**  
**Caracterização espaço produzido a partir interação rural – urbano**

Relações fundamentais do espaço produzido na Amazônia-Acreana.	Categorias		Manifestações dimensionadoras	Manifestações de reciprocidade	
	Subj.	Obj.			
	Agrárias	Rural	Campo	<p><b>Modo de vida agrário de agricultor.</b></p> <p>Sobre as relações produtivas e os meios de produção, a partir da destituição do ambiente natural e a recriação de um ambiente artificial. <i>Locus</i> primordial do camponês agricultor/criador.</p>	<p><b>Campo – floresta</b></p> <p>Se apresenta no âmbito do modo de vida como valores socioculturais sob um universo representacional de relações com a terra - <i>campo</i> ou <i>floresta</i> – traduzido em ruralidade (campesinidade e florestanidade), como condição que qualifica diferente do que é urbano</p>
			Floresta	<p><b>Modo de vida agrário do agroflorestano</b></p> <p>Sobre as relações produtivas, os meios de produção e o ambiente natural da floresta. <i>Locus</i> primordial do camponês florestal.</p>	
	Citadinas	Urbano	Cidade	<p><b>Modo de vida citadino</b></p> <p>Sobre relações produtivas, de aglomeração populacional e alienação do domínio do meio de produção pelo produtor. <i>Locus</i> primordial do proletário.</p>	<p><b>Cidade-campo-floresta</b></p> <p>Apresentam sob valores socioculturais num universo representacional de relações que não se vincula diretamente com a terra (campo e floresta) nas ações sociais desenvolvidas. Estas relações podem ser dar indiretas no consumo e circulação de pessoas e mercadorias. Traduz-se na urbanidade como modo de vida e de valores citadinos.</p>
	Transição agro-citadino	Agrurbano	Pequenas cidades e aglomerações populacionais	<p><b>Modo de vida citadino /campesino.</b></p> <p>Sobre relações produtivas com grande participação de camponeses que mantém sua base de trabalho no ambiente agrário e moradia nas pequenas aglomerações populacionais.</p>	<p><b>Rural/urbano –campo-floresta</b></p> <p>O espaço produzido apresenta-se como expressão de processos citadinos, mas a vida produtiva, na essência permanece ligada a atividades de trabalhos no campo ou na floresta. Nisto se configura uma paisagem que difere do ambiente circundante como aspecto da pequena cidade, mas sob domínios de espectros bucólicos como caracterizador territorial.</p>

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2004.

Portanto, no âmbito conceitual, o *agrário*, em sua abrangência, contém outras dimensões conceituais que se referem àquilo que não é *urbano* e nem é dele. Por outro lado, tomando o conceito sob ponto de vista que de sua relação como *rural* este dimensionará, no espaço produzido, os elementos representacionais em que encerram um universo de significações do *campo* e da *floresta* (que na Amazônia, apenas juntamente a estes conceitos poderia conceber uma reciprocidade territorialmente definida); porém, não incorporará as

dimensões relacionais produtivas do espaço como interações. Isto produz a visão dicotômica de um processo, quando sua apresentação no *agrário* se faz por relações de interações. Basta ressaltar que, inclusive territorialmente, é no *agrário produzido* que se situa o *espaço cidadão* ou *transicional* (espaço de sobreposição do *agrário* ao *cidadão* ou vice-versa), que, todavia, no âmbito das dimensões de poder que se institui, territorializando-se, reciprocamente, o sobreposição<sup>8</sup>.

O que significa isso na realidade amazônica-acreana? Seria a materialização de pequenos espaços *rurbanos* (SILVA, J. G. da, 1999), com a *cidade* (detentora do urbano) sobrepondo ao *agrário* (detentor do rural)? Ou a situação se mostra numa realidade contrária, isto é, a *cidade* se territorializa sobre condições nas quais o *agrário* é dominante (o poder territorializante)? Referindo-se a questão mais ampla do espaço produzido, Santos (1982, p. 70) trata a questão a partir do conceito de “cidades locais” (conceito que entendemos ser deveras pertinente) como “verdadeira especialização do espaço”:

Nosso problema, aqui, consiste em definir essas aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode mais falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior da complexidade das atividades urbanas capazes [...] de garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial. Quando o nível se situa abaixo dessa cota, não se pode mais propriamente falar de dissociação geográfica da produção. Existe, de certa forma, coabitação ou interdependência funcional entre atividades agrícolas e atividades não-agrícolas. Em outros termos, as atividades não-agrícolas do ambiente desapareceriam sem elas. A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população [...].

Na verdade, na Amazônia-acreana, a condição de especialização se instaura junto com o principiar da aglomeração populacional; porém, na atualidade, estas *cidades locais* servem também para a firmação de ambientes de práticas “primárias”, mesmo que sejam apenas como locais de moradias. Por isto, vemos no processo regionalizado uma realidade que materializa em espaços produzidos que são *transicionais*. Esses se mostram como faixa de transição sob processos *estruturantes* do vivencial que se localiza; não se trata

---

<sup>8</sup> - Na questão das significações o termo *agrário*, na língua portuguesa, do ponto de vista semântico, não tem um termo usual que o contrapõe, como ocorre na relação cidade-campo; rural-urbano (embora haja termos como *agro* e *polis*). Então, em sua significação, nele se inscrevem todas essas dimensões das quais a cidade (como espaço urbano ou transicional) – é a negação que está contida na sua afirmação como espaço produzido diferentemente, ou seja, no passar da abstratividade para a concreticidade do espaço produzido.

de uma visão de um espaço “periurbano”, em que o *urbano* como é visto como o centro, o instituidor, ou seja, o único *estruturante*. A transicionalidade é condição para situar espacialmente estas *cidades locais* territorialmente no âmbito do espaço produzido geral. O espaço *transicional* é *locus* de interação em que o *estruturante* provém do domínio que se estabelece e territorializa, seja do *urbano* ou do *rural*, pois no processo produtivo da realidade, p.e, o poder *estruturante* pode não ser emanado do espaço citadino, mas do espaço agrário. Refletiremos melhor isso a partir da representação no quadro abaixo:

**Quadro 3:**  
**Síntese de dimensões fundamentais da realidade produzida**

Relações fundamentais da realidade produzida	Categorias		Formas de concretização /derivação		Domínios e Definidores	Elos	Processos interativos	
	Agrário	Campo e floresta	Território	Territorialidade	Concreticidade de relações dinâmicas em espaços políticos empiricamente demarcável  Alteridades espaciais de naturalidade social e ecológica	De interdependências	Relações que se definem a partir do domínio do ambiente local (natural ou transformado) e das relações de produção estabelecidas sobre outras dimensões sociais do vivido no cotidiano vivencial em curso.	Derivações de relações de produção socioeconômicas como definidoras na produção política e cultural
	Espaço citadino	Cidade						
	Agrário	Rural	Espaço	Espacialidade	Abstratividade de relações dinâmicas em espaço político nem sempre empiricamente definido  Alteridades espaciais de artificialidade social e ecológica	De interpenetração	Relações definidas sob o modo de vida e implicações socioculturais na produção do espaço e do domínio de territorialidade e espacialidade no cotidiano vivencial em curso	Derivações de relações de produção socioeconômicas na definição da produção política e cultural.
	Espaço citadino	Urbano						

Fonte: Elaborado pelo autor, 2004.

Analisando as informações expostas (Quadro 3), nota-se que se o *rural* engloba em si o *campo* e a *floresta*; estas duas últimas, agora vistas como categorias (mais do que conceitos) têm, portanto, especificidades de serem dimensionadas diferentemente. Então, individualmente, não há possibilidade de reciprocidade com a ação *significante* do conceito de *rural*. Portanto, considerando as condições que se apreendem pelo *percebido*, *concebido* e *vivido* no espaço produzido, temos uma intercomplementação de significados e uma

interpenetração de significações conceituais, em que ao mesmo tempo unem-se e distanciam-se numa relação dialeticamente significada.

Portanto, sob o ponto de vista de caracterização geral do *espaço agrário produzido*, como expomos (Quadro 3), a significação dos conceitos de *campo e floresta*<sup>9</sup> se inscrevem no âmbito das práticas espaciais a partir de sua concreticidade. Isso abre-nos a possibilidade de apreendê-los também como dimensão representacional da territorialidade vivida. Daí deriva um universo de significações que os preenchem com o conteúdo das “representações do espaço” e do “espaço representacional” (LEFEBVRE, 1992), em que o sentido de “território” torna-se condição e conceito fundamental para apreender a realidade inquirida. Por outro lado, este *agrário* concebido pelo conceito de *rural* se manifesta qualitativamente na sua inscrição inicial, no âmbito das representações espaciais e do espaço representacional, sob impressões de abstratividade ao se dar a cognoscibilidade partindo da sua concepção teórica como “espaço produzido”. Isso demonstra concreticidade, mesmo que certos processos formadores não se apresentem corporificados numa entidade histórica e social, mas sim em processos que são concretos, porém imateriais.

Embora isso ainda não responda a questões da relação do processo de poder (domínios) na interação *urbano-agrário* ou *agrário-urbano*, já podemos passar para uma análise mais profunda dessas formulações, numa apreensão em que partimos da realidade vivida na Amazônia-acreana.

### 3.4 Para além da dicotomia/tricotomia do espaço produzido

O conceito de espaço produzido, à primeira vista, inclui dimensões contraditórias. Mas se há contradições, como essas se fazem presentes sem configurarem em segregações, p.e., do *rural* e do *urbano*? Há aí especificidades que se formam? Poderíamos responder simplesmente pelas classificações que expomos e tudo estaria resolvido. Porém, na realidade amazônica-acreana, há um universo de significações que se inscrevem no espaço representacional do vivido local. Isto nos obriga a buscar também a apreensão do simbolismo e imaginário social que se produziu ao longo dos cento e cinquenta anos de sua incorporação no âmbito da produção capitalista global.

Como então apreender essas dimensões representacionais? Acreditamos que temos de partir da proposição que o espaço produzido da região amazônica-acreana, sob certas especificidades da apropriação, proveio da instituição de relações produtivas sobre a

---

<sup>9</sup> - Concebido numa visão de não-interação, na realidade agrária amazônica, esta significação pode nos levar a considerar uma “tricotomia” com o conceito de *cidade* no âmbito do espaço produzido.

*floresta*. Assim, mesmo perante aqueles processos que foram instituídos pela sobreposição de ação social negando ao ambiente florestal, as representações socioespaciais que se firmam mais fortemente, apontam para aqueles processos provindos de forças que saem da *floresta* para dar base a outras produções espaciais ou territoriais, seja o *campo*, a *cidade* ou a própria *floresta ressignificada*<sup>10</sup>.

A lógica das discussões sobre o *rural versus urbano* tem ocupado o centro da questão sobre o espaço produzido no âmbito do vivido agrário. Todavia, na realidade, nos estudos atuais do agrário há uma tendência a sua compreensão por via exclusiva de interpretação, em que tudo aquilo que não é *urbano* é tratado como uma coisa única. Todavia, a realidade amazônica-acreana demonstra que seu espaço produzido se dimensiona sob uma lógica contraditória de *ser*. Então, expressando por uma *relação dicotômica*, qualitativamente o *rural* representado coloca-se também como *espaço dicotômico* numa relação que dimensiona o *campo versus floresta*. Ao mesmo tempo, visto em sua construção concreta, a realidade produzida definir-se-ia territorialmente numa relação tricotômica – *floresta, campo e cidade*.

Mas em que implica esta compreensão polarizada do espaço produzido? Vemos nisso que a apreensão dicotômica ou tricotômica, em que conceitualmente o espaço produzido é visto por elementos contrários (de um conceito), impede-nos de ver as interações possíveis que se dão. A partir da busca dessa compreensão centraríamos nossa atenção na pura visão de oposições, nas feições em que se materializam a partir de processos produtivos no espaço produzido. Na verdade, estas feições contraditórias não se colocam como pólos de contradição, mas como processo de interação, interconexão ou ainda como interpenetração.

Pode-se dizer que a configuração estabelecida no espaço produzido passa-se em dimensões escalares diversas, e assim se apresentam como *campo-floresta-cidade*. Tais processos produtivos são nutridos a partir da expressão das escalas, em que os sujeitos sociais que produzem (que “grafam”, conforme GONÇALVES, 1998) o espaço, escrevem este com seu cotidiano nas feições do vivencial em que se inserem. Então, o *homem agrário* interage pelo produzido da cidade, *mora na cidade*, mas *trabalha no campo e na floresta*; a

---

<sup>10</sup> – **Thomas** (2001, p. 232-3), estudando a Inglaterra do século XIX, explica que nesse sentido as matas e as florestas eram vistas como “lar de animais e não de homens”. Então, viria daí a compreensão de que “todo homem que vivesse nas matas devia ser rude e bárbaro”. Todavia, sabe-se que os “primeiros seres humanos, acreditava-se amplamente, eram ‘homens silvestres’ *homines sylvestres*”. Assim, o chamado “progresso da humanidade, deu-se da floresta para o campo. [...] Disso deriva-se uma concepção cultural de que apenas “se retirando das florestas, os homens seriam levados a civilidade”. É esse “mito” que ocupa a concepção urbana (presente nas expressões orais de grande parte dos políticos e da sociedade brasileira), o que nos parece, na realidade amazônica com os povos da floresta, termos possibilidade de desfazê-lo.



interconexão/interpenetração se dá com as lutas, reivindicações e estratégias na *cidade*, mas também pela absorção de produção do *campo* e da *floresta* na *cidade*, ou de constituir no espaço citadino *locus* de treinamento e difusão de inovações para os sujeitos agrários.

Em síntese, o que queremos dizer é que a *cidade* nem sempre comanda a vida (parafraseando a afirmação de Leandro Tocantins com relação aos rios amazônicos), pois as especificidades que se arranjam nos seus espaços têm vida cravada na produção do *agrário*. Então, vemos uma relação que no espaço produzido se produz por unidade na diversidade: *cidade-campo-floresta* aparece como parte de um processo de interação em que se “grafam” formas de coexistência diversas do *rural-urbano*. Se perante a formação da humanidade a *cidade e campo* se formaram como processos distintos que definem seu espaço produzido pela divisão da sociedade em classes antagônicas, então esta especificação, na atualidade, se difunde também pela distinção e sociabilidade no espaço vivido. Mas, ao mesmo tempo, fundem-se nas relações em que a *cidade* (mesmo como espaço transicional) é centro de poder que se impõe sobre o espaço vivencial que lhe circunvizinha.

Romper com a visão de concepções estruturais em si (dicotômica/tricotônica) destes conceitos vistos como antagônicos, para vê-los na interação conceitual a partir da realidade vivencial, nos permitirá apreender as “amarras” que dialeticamente se construíram no processo histórico que produziu o espaço vivido. A questão, portanto, passará por uma apreensão da interação que se dá desses conceitos na sua conexão com a realidade significada. Então, p.e., dizer que as pequenas cidades, aglomerações populacionais amazônicas, são espaços urbanos, pode até ser questionado<sup>11</sup>, porém não é também *campo e floresta!*

Por outro lado, tudo isso nos leva a rever que o padrão conceitual de apreensão da realidade brasileira, como uma realidade urbana, é simplificadora. A verdade é que nem sempre o que vemos como *cidade* é realmente *urbano*, assim como o que não é urbano não é necessariamente apenas *campo* ou *rural*. A visão urbanizada do Brasil, quando aplicada à realidade amazônica, é simplificadora, pois não considera a dimensão territorial, o papel local das pequenas localidades e a própria dinâmica em que se produz como região essencialmente agrária. Neste sentido, discordamos que, como parte do país, a Amazônia “é uma selva urbanizada”, como referiu a **Becker** (1995, p. 54). A realidade que vemos, saindo das grandes cidades regionais (sobretudo, das capitais dos estados), é contrária a isso; a

---

<sup>11</sup> Isso porque legalmente são considerados urbanos. As placas colocadas pelo poder público ao longo das rodovias nesses lugarejos sempre indicam: “cuidado: área urbana”; “área urbana, diminua a velocidade”, demonstrado a vacuidade desta questão conceitual.

pequena produção camponesa se firma em espaços produzidos na *floresta* e no *campo* (áreas extrativistas e agricultáveis), ou mesmo nos espaços transicionais (inclusive, nos arredores dessas grandes cidades). Sem a produção do campo teríamos espaços “fantasmas” configurados, ou seja, não haveria vida produtiva e social se retirarmos os processos produtivos agrários.

Como caracterizar esse espaço produzido? Ultimamente, nos estudos socioeconômicos da realidade brasileira, tem se difundido o conceito de *rurbano* como possibilidade de sua compreensão (cf. SILVA, J. G da, 1999; 1999<sup>1</sup>). Tem-se, então, uma tentativa de homogeneizar a questão da produção do espaço numa leitura do urbano<sup>12</sup>. No *rurbano*, o espaço produzido deriva da significação do *urbano* (qualificante da vida na cidade) sobre o “rural” (qualificante da vida no agrário), ou seja, o *urbano* impõe-se sobre o *rural* como modo e relação de produção totalizante no espaço produzido. Nesse sentido, a urbanização como processo de expansão do modo de produção e vivência do espaço urbano, tende a submeter outros espaços (p.e, o *rural*), de modo a aniquilar a coexistência da interação entre *o que é da cidade e o que não é*. Daí se falar da “urbanização do rural” como um processo inevitável, neste possível “país urbano” que dizem ser o “Brasil”.

Trata-se de uma visão urbana do processo que ocorre no país, em que não se admite a diversidade espacial da manifestação de tais processos nas diversas realidades regionais brasileiras. Além disso, perpetua a visão dicotômica de *urbano* como sinônimo de “moderno” e *rural* como sinônimo de “atraso”. O absurdo é que nesta concepção de realidade, implicitamente, coloca-se em dúvida a capacidade intelectual dos sujeitos sociais que produzem tais realidades agrárias poderem gerar ou absorver novas tecnologias, e até de promoverem parcialmente autotransformações em seus modos de vida.

Daí faz sentido a dura crítica de **Oliveira** (2003, p. 1), de que a luta pelo acesso à terra tem a “dimensão da modernidade incompreendida pela elite latifundiária e parte da intelectualidade brasileira”. Diríamos mais, que tem difusão errônea do que é ser “moderno” na visão urbanizada que se propaga da realidade social, vista como totalidade:

No Brasil, há intelectuais que preferem acreditar que o campo acabou e que a agricultura é atividade de “tempo parcial” (*part-time farmer*). As pluriatividades estariam agora na agenda do dia, assim, a produção agrícola estaria

---

<sup>12</sup> - Na leitura do “rurbano”, tenta-se propor uma visão de que há uma difusão centro-periferia das atividades urbanas, numa “mistura” com as atividades não-urbanas nos “arredores” das cidades (o periurbano). Esses espaços seriam áreas do encontro e sobreposição da *cidade* ao *rural*, ao *campo*. Portanto, a vida social e produtiva aí se mescla por valores socioculturais que se adquirem do urbano, mas mantém outros de origem do *campo*, do *rural*, inclusive nas atividades labor na terra – daí serem *locus* da pluriatividades.

irremediavelmente em segundo plano. Estes intelectuais afirmam com apoio de parte da mídia brasileira que o campo urbanizou-se e não há mais sentido falar-se em rural. A onda agora é o “novo rural brasileiro”, o “rururbano”. O campo do Brasil real foi substituído pelo Brasil da ficção virtual que emerge das análises estatísticas da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, que o IBGE levanta. Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que a “*estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem*” [...].

A realidade é que a definição conceitual de *urbano* e *cidade*, aplicada pelo IBGE e que respalda a conotação *urbana* e *rural*, permite uma camuflagem dos dados<sup>13</sup>. Ademais, partindo de uma constatação de que *rural* não é setorial, mas territorial, **Veiga** (2003) categoriza que “o Brasil essencialmente rural” está formado por 80% dos municípios e com 30% da população brasileira. Sem entrar no mérito das manipulações dos dados estatísticos, vemos que, com isso, se por um lado há uma tendência à afirmação de uma população predominantemente urbana no âmbito geral, por outro isso não acontece quando o que consideramos é a distribuição territorial. Então a realidade urbana é uma situação de apenas 20% dos municípios brasileiros.

Todavia, voltando nossas atenções à realidade amazônica, vemos os vilarejos, aglomeração e sede de municípios que tendem a concentrar população, embora esta mantenha suas bases produtivas no *campo* e na *floresta*. Então voltamos a uma questão anterior: como ambientes plenos de vida *urbana*, essas localidades podem ser deveras questionadas [se comparável ao que **Veiga** (2003) preconiza por “Brasil indiscutivelmente urbano”, ou com a realidade das grandes e médias cidades nacionais]; mas admitir que aí o modo de vida, o arranjo territorial que se desenha, as relações sociais que vão se construindo, a emergência de setor de serviços no âmbito da vivência que se instituiu nestes lugares, como uma realidade puramente *rural* (com reflexo da concepção dicotômica de *rural-urbano*), também é deveras questionável!

Então o que caracterizam esses espaços? São cidades Rurais? São ambiente rururbano? Como resposta, apenas temos que admitir que há um vazio conceitual por trás das discordâncias da intelectualidade e da imposição de concepções geradas nos grandes centros urbanos (geradores também de culturas próprias), sobre realidades raramente tangidas por suas captações reflexivas.

---

<sup>13</sup> - Este conceito de cidade e urbano é “herança getulista” (OLIVEIRA, 2003), criada pelo Decreto-lei 311/38 (VEIGA, 2003, p. 34). Portanto, considerando que do ponto de vista legal, no Brasil, pelo critério político-administrativo, é urbana “toda sede de município (cidade, que são apenas as sedes municipais) e de distritos” (MARQUES, 2002, p. 97), mesmo que sejam apenas vilarejos ou aglomerações populacionais.

Daí admitimos estar correto **Oliveira** (2003, p. 1), quando afirma que “não é só as estatísticas que registram um Brasil majoritariamente urbano, mas, há de fato [...], o modo de vida urbano dominando simultânea e contraditoriamente a cidade e o campo”. Ele explica que o que reflete esta pouca capacidade conceitual de retratar a realidade é ter em mente “que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados”. Então, a questão que levantamos com base na realidade amazônica-acreana, é que se do ponto de vista do quantitativo populacional já temos um predomínio do *urbano*, do ponto de vista da escala territorial não há reciprocidade.

Ora! Se as pequenas cidades (sedes municipais), vilarejos e aglomeração não são *urbanos*, então este conceito não se aplica a maior parte da realidade do território amazônico. Forjar outra compreensão e dotação conceitual é a condição para que a realidade seja realmente significada no que estamos tratando. Isso, pois, como conceito, não vemos no tratamento da realidade devidamente significada, a partir da questão urbano-rural, que mesmo vendo-as como *continuunn* (SILVA, J.G da, 1999), o que notamos é a polarização entre domínios relacionais. Se o conceito é visto representando “instrumento teórico, metodológico e intelectual” de que necessitamos para desmascarar e “conhecer a realidade”, ele tem que partir de uma idéia do “fato social” (SOLARES, 1998, p.13) que buscamos apreender. A questão então é ter no conceito uma representação que reflita o universo das forças representacionais contidas, a partir dos domínios que se estabelecem no espaço produzido, mas que perante a realidade estudada se manifesta em situações contrárias.

### 3.5 Revendo conceitos no universo de representação do *agrário*

Da relação contida no conceito de espaço *rurbano*, temos uma significação de domínio (poder que se estabelece) do *urbano* sobre o *agrário*. Então, numa visão de espaços contínuos (*o continuunn*), a sobreposição de relações de produção no espaço do socioeconômico e do sociocultural do *urbano* sobre o espaço *agrário* visto como *rural*, é inevitável. Temos convicção de que há ocorrência de tais processos, sobretudo em cidades de maior intensidade de vivência urbana; porém mesmo nessas realidades há uma interação que se dá por espaços transicionais, mas não como condição de um ambiente que anula o outro. Quando vemos o *rural* e o *urbano* como parte integrada num mesmo contexto processual no âmbito do espaço produzido, certamente não dá para concebê-los como pólos opostos. São processos de interação em que as forças contraditórias se manifestam na luta dos sujeitos sociais, sob as quais se estabelecem relações de poder. É esta dimensão contraditória manifestada na luta que, dialeticamente, solda a criação das cidades (as *urbs*), em processo

que tende a artificializar a vivência social sobre o território físico. Também é aí que se firmam as bases menos artificializadas na produção do agrário, no território físico como condição produtiva (inclusive, de matéria-prima para manter a “artificialização” urbana principiada na cidade). Esta “costura social”, que se faz do espaço produzido sobre a natureza, consuma-se como face do valor de uso espaço, que, ao ser produzido, ganha significado como valor de troca e já se mostra como território diversificado, sob domínios mensuráveis e apropriados.

Todavia, é inegável que a distinção do espaço produzido como se houvesse uma *linha de fronteira* entre o *rural* e o *urbano* já é uma visão superada, sobretudo se nos referirmos às áreas de maiores transformações e artificializações na paisagem agrária (o que, talvez, pudéssemos chamar de *ruralização* – como generalização da ação de “ruralizar” –, sob o pressuposto do domínio externo com modos de produção impostos pelo mercado<sup>14</sup>). Então, conforme Solares (1998, p. 21) o “espaço rural” mostra uma ampla “variedade de uso, dentre os quais a agricultura é uma das atividades econômicas” que pode ser desenvolvida. Mas, no sentido amplo também para áreas que não estão devidamente incorporadas ao processo de mercado, tais condições vão sendo introduzidas, de forma que “espaço rural é um complemento do espaço urbano, e por isto, tais diferenças entre ambos são cada vez menos importantes”. Acrescenta ainda o autor que “pode-se concluir que no rural coexistem diferentes funções ainda que mantenha sempre um peso específico do tipo agrário”.

Nesse sentido, em parte o *campo* já se mostra como adjetivo do *rural*. Porém, a *floresta*, com seu conteúdo social, parece-nos negar a ser reconstruída, ou melhor, refeita sob tal condição de artificialização da realidade posta, sobretudo perante as políticas que implementam formas de legitimação de territórios florestais (como p.e., na criação de UCs., de PAEs e de outras modalidades mais recentemente). Aí a luta e resistência na terra dos camponeses, p.e., na manifestação dos *empates*, reforçam a condição de sujeitos sociais *agrários*, enquanto as políticas conservacionistas têm firmado base para a introdução da produção de uma espacialidade *rural*, sobrepondo ao *agrário produzido*, ou melhor, introduzindo-se com seu conteúdo territorial (*campo e floresta*) amazônico no âmbito do chamado “novo rural brasileiro”.

---

<sup>14</sup> - Neste sentido, no contexto atual das políticas agrárias, podemos atribuir ao rural (ou ao “novo rural”, mais apropriadamente) a condição de ser uma (re) qualificação do uso e produção que se implantam sobre o agrário (campo e floresta) artificializando-o. Isto se dá sob a ótica da modernização, adoção e alteração na base técnica, mas também da busca de homogeneização dos interesses socioeconômicos contra as relações de conflito de classes, sob a “venda” do ideal de vida urbana. Então se não nega a essência do *agrário*, quanto ao domínio e atuação direta sobre o meio de produção *terra*, suprime o sentido das lutas dos trabalhadores por questões de ordem tecnológica e de mercado, na lógica da territorialização do “agri”-“business”, contra a “agri”-“cultura”, como ressaltou Carlos Walter Porto Gonçalves em uma palestra na Universidade de São Paulo (05/2003).

Mas voltemos à questão de entender as diversificações no espaço produzido na Amazônia-acreana, sob a perspectiva de vê-la numa realidade agrária. Tomando o conceito de *agrário* como qualificante, acreditamos ser então possível começarmos a propor outra base conceitual que permita uma apreensão de dentro da realidade investigada.

Nesse sentido, propomos ver a realidade amazônica-acreana numa outra ótica relacional. Referimo-nos a uma compreensão na qual os territórios (seja a *cidade*, o *campo* ou a *floresta*) necessariamente não se consumam sob dimensão da espacialidade urbana dominante. Então, esse espaço produzido se faz por relações em que o agrário (visto como o que não é urbano) admite produção de arranjos espaciais sob lógicas diversas (como de aquelas de inspiração urbana), mas também domina os territórios que se institucionalizam sob outras formas de arranjos socioespaciais e socioterritoriais. Isso nos leva a defender a idéia de um *continuunn* no espaço produzido, visto como relações de interações, mas não como única via em que o urbano se sobrepõe ao rural, num processo de homogeneização. Situa-se nisso a base para vermos, no espaço produzido, a dimensão de um *continuunn* em que se possa inverter, não apenas o conceito de *rurbano* para caracterizar os espaços como “vilas rurais”, mas também uma inversão do amplo processo que dá feição própria ao espaço produzido. A questão passa pela concepção de um espaço que optamos por chamá-lo de *agrurbano*, não como sendo de “cidades agrárias”, mas como expressão de relações de produção agrárias (que são socioeconômicas, mas também políticas e socioculturais) que se instituem, mesmo em suas dimensões territoriais (inclusive nas “cidades locais”). No *agrurbano*, tem-se a formação de dimensões de espaços transicionais, em que há uma interação produtiva da diversidade da vida citadina e campesina (as “pluriatividades”), paralelas ao estabelecimento de espaço de territorialização de relações de poder.

A visão do *rurbano* como processo de expansão da polaridade contida na dicotomia *urbano-rural*, com a supremacia do segundo, pressupõe uma anulação mútua no espaço produzido. Para refletimos sobre isso, **Lefebvre** (1991, p.69) tece algumas considerações interessantes:

Não há razões para conceber tal situação numa fusão da sociedade urbana com o campo. A oposição ‘urbanidade-ruralidade’ se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido [...]. Atualmente a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas.

Então, quando vemos a realidade de pequenas sedes municipais e aglomerados populacionais que se inserem numa realidade tipicamente agrária, mas institui novas formas de arranjos socioterritoriais<sup>15</sup>, reforça a idéia de que a realidade *campo*, *cidade* e *floresta* se mistura. Por outro lado, não há um puro padrão de urbanidade que assim o produz, porém há espaço que se mostra produzido que também não se define por uma ruralidade pura. Pensamos que nisso, certamente, há criação de novos padrões de vivências citadinas em que a lógica organizacional se dá pelas condições **agrarialidade** (vista como processo que qualifica o domínio de relações agrárias, independente da sua localização). Não se trata de uma “floresta urbanizada”, mas de um *agrário* (que é *campo* e é *floresta*), como base para instituição de espaços citadinos que podem, inclusive, fluir da *floresta*. Portanto o “agrário” que não é cidade, mas é *locus* para sua produção. Então, a produção desse *agrário* amazônico se configura como uma reificação da *natureza já modificada pelo homem*, mas não negando sua condição natural (como primeira natureza), quando se considera a *floresta* como fomentadora da diversidade no espaço produzido.

Nesse sentido, qualificando a situação no contexto do espaço produzido amazônico, a questão histórica provém de que o *agrário* contém dimensões duais do espaço produzido desde o princípio. Podia-se falar de um *espaço agrário* mesmo antes da existência do *urbano* e *rural*. A *floresta* esteve integralmente na raiz dessa formação social e territorial. A reprodução econômica estabelecida deu base para a formação destas significações na realidade vivida. Assim, do espaço que se tinha como selva<sup>16</sup> erigiu-se o princípio da *cidade* e do *campo*, mas também uma *ruralização* e *urbanização* desse espaço produzido. São, portanto, esses conceitos, significações que brotaram da *floresta* e que, enquanto “selva transformada” pela ação de agentes sociais e econômicos, por força da empresa extrativista, são também um espaço produzido.

Se a construção do próprio conceito de *floresta*, enquanto ambiente produzido, emerge do *agrário*, como se dá então a sua relação com a significação de *rural* e *urbano*? Sobre isso, vimos o ponto de vista do Geógrafo e Historiador Jones Dari Goetttert (2003), professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre, em entrevista recente:

---

<sup>15</sup> - Sobre o conceito de socioterritorial referimos **Fernandes** (2001) e **Santos** (2002).

<sup>16</sup> - Com relação ao sentido da floresta, **Thomas** (2001, p. 232) explica que esta, na realidade da Inglaterra no início do século XIX, tinha sido “sinônimos de rusticidade e perigo”. Isto se justifica pelo nome “Selva”, como *locus* do ‘selvagem’ (de silva). Sugere-se que os primeiros representantes da civilização “preferiram o campo aberto às florestas por sua segurança: era possível ver o que se aproximava e defender-se com antecedência”.

Nos aproximadamente cento e cinquenta anos de formação socioespacial extrativista-seringueira foram constituindo características importantes: além do isolamento e da distância, a produção de um *ethos* da floresta, que parece ter, no centro, o contraponto fundamental em relação ao rural: de fora para dentro – e não de dentro para fora. O rural, intimamente ligado ao urbano, volta-se para este. Em grande medida, é o urbano que o influencia, o subordina e define suas mudanças. A floresta, ao contrário, parece mais isenta deste intrometimento urbano, acarretando um modo de vida e um mundo simbólico à parte.

Para o entrevistando, o conceito de *rural* e *urbano* é a significação de uma sobreposição externa de um modo de produção territorial que se impõe. A vida urbana se apresenta mais distante na floresta do que no campo. Se por um lado exerce o fascínio, por outro causa precaução ao homem que, vivendo mais distante da cidade, tem no seu lugar de vivência a referência fundamental para seu *viver cotidiano*. Porém, ao se territorializar sobre base concreta da cidade, esta ganha condição de coexistência e penetra tanto na vida do campo (por excelência rural) como na vida da floresta. Assim, por exemplo, um morador de Floresta Nacional do Macauã, em março de 2002, mesmo vivendo apenas com a esposa, ambos idosos e sozinhos, entende que viver na floresta é melhor que enfrentar a “vida agitada”, na pacata cidade de Sena Madureira (AC), onde reside um dos filhos, já casado e que há anos deixou a vida florestana, para ser “agente de saúde” com emprego público. Então, pode-se falar de uma condição de *ruralidade* como qualificante, mas que se diversifica a partir do *campo* e da *floresta*, e ao mesmo tempo se unifica perante as condições relacionais que produz como uma possível *agrariabilidade*<sup>17</sup>, como qualificante dominante dessas territorialidades que se forjam.

Então, a condição de vida cravada no território como qualificante são as *rugosidades* do processo histórico sob os quais se fundaram tais espaços produzidos.

### 3.6 No campo representacional

Os instituintes históricos dos espaços produzidos são emanados da sociedade por processos que demonstram as condições sociais do vivido. São nessas

---

<sup>17</sup> - O Historiador Prof. Domingos José de Almeida Neto (2001, p.66-7), a partir da compreensão do comportamento sociocultural dos seringueiros na periferia de Rio Branco, trata a questão como uma relação de “interpenetração seringal/cidade”. Assim, por estar em ambiente periférico de Rio Branco, “desprovido de serviços, tipicamente urbanos”, estes migrantes, ao menos no início de sua vivência na cidade, sentem-se “muito à vontade para impor sua própria concepção do espaço, vez que o mesmo em muito se assemelhava ao do seringal [...]”.



condições da vida social que se forma o elo – passado, presente e futuro, na diversidade do espaço produzido. Portanto,

A sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem, é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética (SANTOS, 2002, p.109).

Ser dotado de vida é uma condição da sociedade para existir. Então, nesta condição, o espaço é sua “criação”, mas é também sua produção ao longo da história da sua própria autofirmação. Cria-se produzindo diversidades espaciais e preenchendo-as com seu conteúdo socializante. Então, territorializa-se (o território é criação da sociedade ao espacializar-se e dominar seu espaço localizacional), num processo em que “o lugar suscita a coisa e o lugar certo para a coisa certa” (LEFEBVRE, 1999, p. 146), e nisso se definem as condições materiais e objetivas para a (re) produção de territórios (materialidade concreta da formação do lugar) e espaços (concreticidade nem sempre material do lugar). Assim, o espaço não existe apenas como palco em que se desenvolve a história da sociedade, mas como “condição para sua realização qualificada” (SANTOS, 2002, p. 126). Ao se realizar, qualifica o lugar e institui o território<sup>18</sup> a partir do “vivido”, isto é, da “prática social” (LEFEBVRE, 1999). “Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos” (SANTOS, 2002, p. 126).

É nessas dimensões reflexivas que vemos os laços representacionais que nos permitem compreender a base que caracteriza a diversidade do espaço produzido na Amazônia. Então, a condição da *agrarialidade* manifesta-se nas relações *campo-cidade-floresta* e na sobreposição das relações *urbano-rural* pela interação dialética do *percebido, concebido e vivido* no espaço concreto, como manifestação de sujeitos sociais que firmam suas bases de vivência. Então, fica evidente a questão colocada por **Albuquerque** (2001, p.181), que “ao acompanharmos as vivências de homens e mulheres na floresta e na cidade,

---

<sup>18</sup> - Cabe salientar que “território”, enquanto conceito analítico, representa uma materialidade mais objetiva do que o conceito de “espaço”. O território “é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas” (SANTOS, 2002, p. 259). Daí ser base fundamental para a apreensão das categorias analítica campo, cidade e floresta.

esses espaços de experiências humanas em constante movimento, não podemos deixar de perceber as muitas especificidades que neles residem”.

É, portanto, a partir da compreensão dessas especificidades na condição de concreticidade do espaço produzido que se tem a visualização dos processos que as promovem. Esses não são apenas materiais, mas entram no universo de concreções do vivido, da dinâmica e de mobilidade presente no espaço produzido como conteúdos significados – inscritos a partir das *rugosidades* no cotidiano social. Define-se daí a afirmação da condição imaterial da realidade presente do espaço concreto, no agrário da Amazônia-acreana. Portanto, com relação a isso, podemos considerar que “o espaço concreto é o do habitar: gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentidos, difícil maturação do imaturo-prematuro (do “ser humano”), contradições e conflitos entre desejos e necessidades etc. por seu turno [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 166). Todavia, a apreensão dessas especificações inscritas no campo representacional (que são concretas, mas não necessariamente material) nem sempre são captadas por reflexões a partir do espaço produzido.

Mas qual a importância da compreensão dessa subjetividade das feições que se toma o espaço produzido? É bom compreendermos aqui quando este “concreto” significa ou não materialidade. Se materializar, torna-se território; o que não nega a condição espacial, mas aprisiona-a pelo domínio territorial estabelecido com todo seu conteúdo representativo e simbólico. Isso pode ser demonstrado, p. e., ao falarmos de “território do *campo* ou da *floresta*” de um município, vemo-los como passíveis de limites precisos, pois além de processos sociais e culturais, do conteúdo simbólico, há bases físicas que os delimitam. Por outro lado, quando tratamos do “*espaço rural*” de um município, nem sempre é possível a limitação precisa, pois os modos de vida e relações de produção podem se difundir por descontinuidade socioespaciais; e, mesmo não existindo sem uma base física, sua institucionalização preconiza expressões produzidas do modo de vida e relações sociais conforme as determinações do instituinte e, não necessariamente, do espaço instituído. A respeito disso, conforme **Albuquerque** (2001, p.120), no espaço acreano pode-se ver que:

Os costumes, o uso da palavra falada, daquilo que é estabelecido “cara a cara”, ainda é e, provavelmente, continuará sendo por muito tempo, o elemento que confere legitimidade [...] para solucionar “questões”, desavenças entre trabalhadores da mata. Mesmo nos núcleos urbanos, nas cidades acreanas, é comum ver-se pessoas indo em busca de outras para confirmar, “provar”, garantir legitimidade àquilo que desejam expressar.

Voltemos à questão da compreensão da representação que se tem das feições espaciais que se colocam no espaço produzido, no âmbito do imaginário<sup>19</sup> social instituinte do agrário. O imaginário social se firma sob base da instituição do simbólico<sup>20</sup> em que tais elementos mostram-se por representações diversas. Do ponto de vista da instituição da sociedade que se forja, no contexto da reprodução do espaço posto pelo capitalismo, o conflito é o motor da dinâmica vivida, numa relação em que harmonia é uma qualidade muito efêmera do movimento. Desta dinâmica, forja-se um imaginário social que irrompe da *floresta*, ao ser subjugada por valores externos, no âmbito da validação imposta pela política *urbana-rural*, que se manifesta por conflitos (que, por não serem eternos, renovam-se constantemente). É esta condição social em que se forjou historicamente, em sua maioria, através de forças produtivas da empresa extrativa que se instalou na *floresta*, instituindo a vida social e econômica e forjando territórios, modos de vida, vivências, enfim, um *ethos*<sup>21</sup> social desses sujeitos. Portanto, o *campo* como espaço produtivo, como veremos, é instituído quase paralelamente à condição *florestana*<sup>22</sup>, porém timidamente, não negando tal condição, forma-se como área de complementação do processo produtivo florestal. Nisso constrói e forja princípios de um *ethos* que possibilita pensarmos a realidade sob ângulos que fogem às convenções acadêmica, urbana e política de nossa sociedade.

### 3.6.1 Condição de ser e de ter alteridade

Aqui voltamos à conversa com o Prof. Jones Dari Goettert (2003), sobre a apreensão que o mesmo faz da relação entre as “faces do espaço produzido” na Amazônia:

<sup>19</sup> - É importante entender que o imaginário, como explica CASTORIADIS (1995, p. 13), “não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada [...] de figuras/formas/imagens a partir das quais somente é possível falar de alguma coisa. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos”.

<sup>20</sup> - Referimo-nos ao simbólico como instituição de forças que atuam nos movimentos, nos conflitos e nas contradições que produzem estes novos momentos da conjuntura atual amazônica-acreana. Assim, visto em duas dimensões em que é exercido: primeiro, “o poder simbólico como poder de constituir dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo [...]”, segundo, “poder mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2001, p. 14). Aí residem condições da manipulação do simbólico como instrumento de dominação, expropriação e pressão (inclusive, de supressão ao sentido da luta de classes).

<sup>21</sup> - No sentido etimológico, “*ethos*” designa a morada, a natureza transtornada pela ação humana, o caráter, o modo de ser, as origens, os valores, costumes, etc. “Se há história do homem, há também história do *ethos*”. Pensar nele como uma construção social é vê-lo como emergindo “num mundo cultural, de um grupo, num período da história”. Assim, situa-se na raiz de cada cultura, de cada grupos social, com instituições próprias que precedem “a qualquer regulamentação ou norma moral instituída”. Portanto, o “*ethos*” é o lugar onde elaboram-se os costumes, a moral, a “ética” etc; de lá também emana todo o mundo simbólico, mítico, os valores que sustentam a vida de um povo”. (GOLFE, S.n.t.).

<sup>22</sup> - Para o Dicionário Houaiss (2001), *florestano* é aquele que é pertencente à floresta. Tal condição pode ser aprofundada a partir do tratamento dado por Esteves (2000, p. 105), que, considerando o saber adquirido pelos

Arriscaria dizer que o mundo simbólico do rural se aproxima freqüentemente do mundo simbólico do urbano! Em que sentido? Cada vez mais, com o incremento em infra-estrutura, estradas, energia elétrica, telefone, com relativas melhorias na condição de vida rural – para quem consegue permanecer no campo –, as mulheres e homens do campo tendem a incorporar filetes de um modo de vida urbano. Mas, e a floresta? Assemelha-se ao rural? Sim. É parte do campo? Sim. E não. À distância e o isolamento entre floresta e cidade [...], entre floresta e urbano –, parecem-me maiores que entre o rural e o urbano. Uma distância tanto física – ainda, aqui, principalmente no centro-oeste acreano, dado pela relação através das vias fluviais – quanto simbólica, influenciando na constituição de um modo de vida específico. Daí, com peculiaridades em relação ao rural, pelos menos a um rural tradicional.

À título de ilustração é bom imaginarmos que mesmo na Amazônia, no espaço agrário produzido ao redor das cidades, o encontro que se visualiza na configuração da paisagem nunca é do *espaço citadino* com a *floresta*. Esta é sempre circundada por uma paisagem que podemos aqui chamá-la de *espaço produzido* como *campo*. Ou ainda, se quisermos mais, mesmo na colocação, a área de moradia, em geral, situa-se no centro de uma clareira, que é aberta na floresta, onde se localiza a residência, os galpões de serviços, pequenos pomares, áreas de pastagem que, em geral, fazem limite com as formações vegetais nativas primárias ou secundárias (no caso, floresta ou capoeira). Portanto, os instituintes desses espaços produzidos não são as formas, os aspectos físicos da paisagem, mas a construção e a produção que são dadas pelas ações sociais de quem aí trabalha e vive, ou seja,

Sob diferentes formas, homens e mulheres, trabalhadores extrativistas, vão constituindo e reconstruindo seus modos de vida, articulados em seus costumes, suas necessidades e estratégias de sobrevivências, suas lutas políticas. Nesses contextos concretos, específicos, constroem/reconstroem quotidianamente suas culturas. Estas se manifestam de formas específicas não pelo fato desses trabalhadores habitarem a floresta, mas pela forma como socialmente, com elas relacionam-se e retiram suas formas de sobrevivência (ALBUQUERQUE, 2001, p.184).

O que se depreende disso é que a realidade amazônica-acreana não é apenas *rural e urbana*. Talvez seja menos isso que outra “coisa” qualquer. Nesse sentido, também na entrevista, o Prof. Jones Dari Goetttert (2003) argumentava:

---

sujeitos sociais territorializados na floresta, tratou deste sob o sentido do “pertencimento”. Consideramos que tal sentido de “pertencimento” é bastante significativo na apreensão do termo *florestano*.

Mas e os ribeirinhos vão para a cidade? Sim. As e os seringueiros vendem os produtos no comércio urbano? Sim. Visitam parentes nas cidades? Sim. Mas, o centro provocador de suas relações é o lugar onde vivem, com um caráter e uma ética definida de dentro. E não de fora. Isto não significa dizer que inexistam influências de fora; muito pelo contrário. Mas, grosso modo, esta influência parece menor e menos decisiva que em regiões onde a lógica rural/urbana é hegemônica. Isso, em alguma medida, ajuda a entender a singularidade das relações urbanas em uma capital como Rio Branco. E não falo apenas da periferia rio-branquense! As relações que movem cada moradora e morador, em qualquer canto, são, no mínimo, curiosas. As questões postas sobre o urbano – no início – dificilmente são apreendidas e vivenciadas aqui. E isto não pode ser visto em uma acepção negativa e nem positiva. Não é disso que se trata. Trata-se de uma singularidade, expressão de uma construção espacial-identitária (social, política, econômica, cultural e religiosa) típica de relações de um “fechamento” dado a priori, mas, que posteriormente, se aloja nas práticas e concepções na cidade, a partir da migração floresta-cidade.

Vemos que daí pode-se apreender a condição de *estar e ser rural* ou *urbano*, ou ainda *campo, floresta e cidade* no agrário produzido amazônico. O *campo, floresta e cidade*, apesar de significarem ambientes também artificializados, são territórios que se projetam da espontaneidade social dos sujeitos em produzir sua existência e auto-sustentação. Daí simbolizar como categoria de análise uma eclosão de processos sociais endógenos, singularizadores. Por outro lado, o *urbano* e o *rural* são dimensões de espacialidades que se impõem no universo representacional como imposição de valores universais. Então, simbolizam um ideal de produção socioespacial não necessariamente com raízes no lugar. A condição *rural* ou *urbana* especifica espectros do produzido que lhe dão uma situação condicional (ação de estar), enquanto o *campo, floresta e cidade* especificam rastros de uma vivência estacional<sup>23</sup> (ação de ser, existir independente de determinantes externos).

Vemos que se trata da dimensão do exercício de uma “alteridade” que parte do princípio originariamente distinto da formação espacial, em que sujeitos sociais distintos também se colocam como ponto de partida de sua condição de serem distintos. Então a ação

---

<sup>23</sup> - Para Esteves (2000, 111) ao migrante nordestino a “distancia entre a colocação [...] e a cidade aparece como muito grande, de difícil acesso, indiferente”. Tal situação possibilita ainda hoje a existência de descendentes que não conhecem, ou raramente tem freqüentando alguma cidade. Somente a partir da abertura com a fronteira agropecuária, a cidade se torna conhecida, e aparecendo como espaço necessário para os embates político e econômico, apesar de também ser espaço da discriminação sociocultural, e lugar para onde se dirigem muitas famílias após as expropriações sofridas do campo ou da floresta.

humana criadora de espaço irrompe de seu mundo e institui base para o *existir*<sup>24</sup>. O *ethos* se manifesta como condição identificadora do lugar, como constructo social – no vivido. Neste exercício da alteridade, expressam-se como sujeitos aqueles que se construíram na condição de ser *homens da floresta ou do campo* (o *ethos* como instituidor do *habitus*<sup>25</sup> *social agrário*), nem sempre passível de apreensão pela mera aplicação de nossa observação sob olhares condicionados pela concepção do *rural* ou do *urbano*. É neste âmbito que, como força “alienígena”, a sociedade (externa), o mercado e seus órgãos representativos impõem-lhes valores, que podem destruir tais condições de ser como *entes* e, assim continuar existindo (a condição de autonomia). Vejamos então um pouco mais da nossa conversa com o Prof. Jones Dari Goetttert (2003):

Mas, voltemos à floresta [...]. E, não adianta teimar: o intenso movimento de organizações não-governamentais e governamentais floresta adentro, parece-me que, vem provocando o desmantelamento desse *ethos*, por mais que visem e intencionem o contrário. A atuação do Estado – ou não – é, então, a tentativa – consciente ou não – de aprofundamento das relações típicas do mundo rural/urbano, especialmente na medida que insere – com seus manejos e sistemas florestais – uma racionalidade calcada na contra-simbologia das mulheres e homens da floresta, acarretando, também, mudanças profundas no modo de vida desenvolvido. Por outro lado, o modo de vida da floresta é carregado de características ligadas ao mandonismo, paternalismo, clientelismo e machismo, herdadas, em grande medida, da formação socioespacial do Nordeste. Entretanto, estes aspectos não inviabilizaram confrontos – explícitos ou implícitos – entre as mulheres e os homens seringueiros e a expansão agropecuária, por exemplo.

Então, na *floresta*, as lutas de resistência emanaram de sua condição estacional para se externarem através das expressões dos *empates* (cf. Glossário). A luta dos seringueiros nasce da floresta para a floresta. Isso ocorre mesmo quando iam às cidades para as manifestações e embates políticos; para a fixação de sede de suas organizações; ou ainda, quando famílias que migraram de áreas florestais para a cidade (expropriadas) vinham integrar-se aos movimentos (o que não foi freqüente, porém ocorreu conforme o depoimento de vários sindicalistas entrevistados). Assim, se institui um *ethos florestano* que busca frear a imposição de relações típicas da lógica *rural-urbana*, como expressão externa de uma lógica capitalista que se sobrepõe ao seu “existir” como condição exercida pela alteridade

<sup>24</sup> - Tendo em vista o exercício da alteridade, “existir é, para o homem, difratar-se em se referindo a uma pluralidade de objetos” (JOLIF, 1970, p.192).

existencial<sup>26</sup>. O que se nota é que tanto a *floresta* como o *campo* foram deveras afetados tanto pelo *urbano* como também pelo *rural*, sobretudo no Vale do Acre e nas proximidades de estradas com maior trafegabilidade.

Nesse sentido, coloca-nos o Prof. Jones Dari Goetttert (2003) que “a floresta parece ter uma dinâmica que lhe é inerente, um modo de vida e uma simbologia – com seus mitos, sua religiosidade, suas relações de vizinhança e comunitárias – que se aproximam, mas não pertencem ao mundo rural”. É deveras incômodo admitir tal veracidade, mas é muito fácil perceber isso quando viajamos pelos rios ou pelos varadouros adentrando à floresta. Vemos que tal condição de *ter* e *ser* alteridade, às vezes, é desconsiderada ou até colocada como uma barreira à autofirmação social na realidade amazônica tratada; porém isso não é apenas uma qualidade do ambiente florestal, o *campo* também se institui como espaço de alteridade. Daí, concluímos que *ser* e *estar* em território campesino, quase sempre não significa *estar* no universo significado pelo conceito de *rural*, ou seja, ao mesmo tempo em que é parte deste, participa dele como um “ente” estranho.

Então, nem todo o *campo* no universo representacional é *rural*? Não. Como espaço de vivência camponesa, será sempre um *agrário* produzido, transformado das formações naturais, mas no âmbito das significações sociais este se coloca como espaço/território de resistência e luta – seria a instituição de um *habitus* (BOURDIEU, 2001) *camponês*. Há a territorialização da luta entre o *campo do camponês* que resiste e o *campo que se ruraliza* na integração ao espaço produzido da realidade que o insere a partir da ideologia urbanizada das políticas que se impõem. Então, constituem-se em campos de forças, em que a alteridade local se contrapõe à global, não se isolando, mas se identificando. É nesse jogo de forças do local *versus* o global que podemos situar a aproximação destes universos representativos – “*campo, floresta e cidade*” *versus* “*rural e urbano*”. Todavia, são sempre vistos como coexistência distinta no espaço do *agrário* produzido, mas que nem sempre estarão representados na dimensão do que açambarca o significado de *rural – urbano* imposto à região.

Estes apontamentos deixam visivelmente claros os aspectos do “percebido” e do “vivido”, no âmbito do espaço representacional do *agrário* regional. A questão que fica agora é onde podemos apreender tais significações para conceber estas distinções? Esta é uma questão que, agora, obriga-nos a qualificar as relações e processos no *agrário* produzido. Vejamos a seguir.

---

<sup>25</sup> - Cf. Bourdieu (2001).

<sup>26</sup> - No sentido de um *habitus* de classe, conforme Almeida (2003).

### 3.6.2 A condição de pertencimento

Como vimos, sob aspecto de análise das manifestações, o *urbano* e *rural*, a *floresta*, *campo* e *cidade* são conceitos que denotam condição de existência de espaço e território passível a ser conhecido e demarcado a partir dos processos produtivos vivenciais que são travados. Neste sentido, tomamos a concepção de *pertencimento* (ESTEVES, 2000) e a representação qualificada inscrita na produção do vivido, como ponto fundamental para tais apreensões. Ser do *rural*, do *urbano*, do *campo*, da *floresta* ou da *cidade*, traz uma carga de representações/significações que permite-nos identificar o *pertencimento* que qualifica esta situação no processo produtivo engendrado, seja ele social, econômico, cultural ou político. Sob o *pertencimento*, a condição da palavra “*ser*” significa “ter existência, achar-se na realidade”. Ela “denota a realidade da existência de quem ou do que é” (FROMM, 1980, p.43), não apenas como uma condição psíquica, mas que deriva de sua localização no processo social produtivo. Sob a ótica da *existência* e da *realidade* o uso da palavra *ser* não é o totalmente equivalente a *ser* quando denota a *identidade*. Vemo-lo, então, como condição de qualificar a existência de um espaço produzido, o *pertencimento* a partir da concepção do *ser de* (equivalente a *existir em*, como já referimos) como criação/produção do social, no confronto conceitual espaço/território no agrário produzido.

A condição do *rural* e do *urbano*, como vimos, participam no âmbito do processo produtor do espaço como uma artificialização do espaço natural e sua reconstrução numa formação tida como mais produtiva. Porém, esta artificialização não se finda nos aspectos físicos do espaço produzido, também ocorre no âmbito da produção social que se edifica. As manifestações culturais tendem a se definir por padrões gerados muito distantes, sobrepondo a culturas locais. Então a rusticidade do *rural* se manifesta como complementar ao refinamento do *urbano*, porém com tendência a não definir limites do processo produtivo, em que o *rural* é espaço de influências imediatas do *urbano* local (via as “*cidades locais*” que, por outro lado, estão submetidas a redes de influências externas).

A *ruralidade* e a *urbanidade* aparecem como qualificante da condição de *pertencimento*, ou seja, *ser* do *rural* ou do *urbano* denotando uma espacialidade. Mas o que significa esta condição de *ser* na realidade da Amazônia-acreana? Esta questão tem que ser relativizada à condição de *pertencer* ao *agrário* que, a nosso ver, é o processo condicionante maior que denota o espaço social produzido. Primeiro porque a instituição de um espaço produzido totalmente urbanizado ou ruralizado, é muito pouco representativo na região. Na verdade, a significação conceitual disso é representativa apenas nas microrregiões de Rio



Branco e de Brasília, no tocante ao rural; e, na microrregião de Rio Branco, ao urbano. Já nos demais municípios, ocorre em menor grau em Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. Então, consideramos que a condição de *ruralidade* ou *urbanidade* não indica especificamente que o sujeito seja morador do *espaço rural* ou *urbano*, mas sim quais as relações de produção que no seu *existir* são travadas na produção de sua auto-sustentação. É muito comum encontrarmos ao longo dos trechos rodoviários que circunda Rio Branco, à distância de até 25 Km, luxuosas residências ou até modestas edificações nas quais seus moradores apenas residem no local, porém suas vidas (profissional, social e cultural) são totalmente travadas na área urbana. Situação inversamente idêntica há nos bairros periféricos de Rio Branco e de todas as demais cidades e aglomerações populacionais acreanas e de áreas circunvizinhas, em que famílias residem em áreas das cidades, mas tem sua vida produtiva em espaços agrários. Tal relatividade na *urbanidade* e *ruralidade* demonstra a pertinência da caracterização de uma espacialidade e não territorialidade como delimitadora, no âmago desta adjetivação, no processo significativo desse tratamento.

Vemos então que não há possibilidade de uma fusão das significações representadas nos conceitos de *rural* e *urbano*, mas apenas uma demonstração segundo a qual, no processo de expansão da sociedade capitalista, há uma imbricação maior dos espaços produzidos entre si. Tal preocupação (p.e., manifestada por **Lefebvre**, 1991, p.69) pode ocorrer quando se emprega a relação de conceito (sociedades urbanas *versus* campo) que tenham bases referenciais geográficas díspares (pois na verdade *sociedade urbana* se refere à noção de “espaço”, enquanto o *campo* refere-se à noção de “território”). Assim, vemos que se a oposição *urbanidade-ruralidade* se acentua, isso pode ocorrer apenas nos modos e relações de produção, porém o mesmo não ocorre no sentido da tendência na unificação de padrão de consumo e sociocultural, que se impõem a partir de valores e modos de vida urbanos. É claro que não há possibilidade do desaparecimento da condição de *ser do rural* ou *urbano*, mas da recriação, sob novos patamares socioespaciais, dessa relação. A *urbanidade* e a *ruralidade* (interligados como parceiros dialéticos) são distintas, pois na dialética de sua recriação como processos sociais, estão interagindo com o ambiente local; daí a total negação de qualquer possibilidade de uma relação de anulação recíproca (mesmo numa visão de busca e fuga, o morador urbano procura na vida rural, no bucólico mundo de fora da cidade, o aconchego que não é mais possível ter no seu espaço vivencial citadino).

Mas então como fica a relação *campo* e *cidade*? Para **Lefebvre** (id. Ibid.), esta “oposição” tende a se atenuar. Novamente temos a fazer uma ressalva, pois o sentido de “atenuar”, aqui, apenas pode ser entendido como a convivência de significantes conceituais,

porém sob uma representatividade heterogênea, salientando-se ainda, que no âmbito regional amazônico-acreano, a diversidade do espaço produzido está nessa relação, como demonstramos, regida pela categoria analítica de *território*, conceituado sob a seguinte distinção: *cidade*, *campo* e *floresta*. É nessa relação que se manifesta a propriedade de maior significação do agrário como conceito fundamental na análise geográfica do espaço social produzido na região. Na realidade amazônica-acreana, a condição de *ser agrário* não está numa relação concomitante com a *de ser rural*. A *agrarialidade* dimensiona, em sua significação, a condição de *ser do rural* (*ruralidade*), de *ser do campo* (*campesidade*) e de *ser da floresta* (*florestalidade*). Também significa a condição de *ser da cidade* que, porém, não necessariamente é qualificada sob uma *urbanidade* (basta comparar o que significa viver em Rio Branco, com o significado de viver em Santa Rosa do Purus, p.e). Mas então o que qualifica tais cidades? Vemos que há uma relação de interdependência entre o território do aglomerado populacional (cidade ou vilarejo) e sua vizinhança.

Nesse sentido, das cidades amazônicas-acreanas, considerando as bases para a afirmação do urbano como condição de vida própria para sua existência, apenas Rio Branco seria dotada de tais condições (porém, ainda não generalizada). Assim, a urbanização é um processo em curso em todas as cidades (como processo de extensão/adoção do modo de vida e produção urbano), porém a condição de *urbanidade* está submetida à *agrarialidade* em todas essas cidades também. Na verdade, é um espaço social produzido sob bases agrárias – uma *sociedade agrária* propriamente dita, instituinte, inclusive, da condição de *ser do urbano* em sua espacialização. Isto significa que *a maioria das cidades* (sede municipais – cidades locais e políticas) *são espaços transicionais* em que, se o arranjo territorial tende a um aspecto *urbano*, a condição produtiva é *agrária/rural*, numa relação interativa em que o vivido local se institui a partir de um modo de vida citadino. Nesses arranjos espaciais, sua produção se dá pela interdependência majoritária produtiva aos espaços circundantes.

Portanto, são espaços nos quais principiaram novos arranjos sociais citadinos, que não são ainda expressões de *urbanidade*, mas espaços caracterizados por uma *transicionalidade*, sob domínio total em sua vida produtiva e, sobretudo, econômica da produção agrária. Tudo numa relação na qual o conteúdo significado pelo *agrário* ainda se sobrepõe ao espaço dessas “*cidades*”. Por isso, como *espaços transicionais*, estas “*cidades*” são *locus* da reprodução que se espacializam como *agrurbanos*. Este se definiria sucintamente como o *espaço citadino* que se qualifica por condições diferentes de *agrarialidade* e não por pura *urbanidade*.

Portanto, a *agrarialidade* é a condição qualitativa que submete, em geral, o espaço produzido na Amazônia-acreana. Mas como isso é expresso na realidade vivencial camponesa, onde residem nossos sujeitos sociais de pesquisa? Primeiramente, devemos ser claros quanto às dimensões territoriais que damos significados sob tais signos: *cidade*, *campo* e *floresta*. Por serem conceitos significados a partir da representação territorial, são passíveis de limites mais precisos no espaço produzido (quando os contrapomos aos conceitos de *urbano* e *rural*). O camponês, todavia, pode viver também em espaços transicionais das cidades locais, instituindo modos de vida e formas produtivas muito diversificadas do que seria comum nesses espaços (Cf. ALMEIDA NETO, 2001). Por outro lado, há uma representação que brota do campo como espaço produtivo, em que não é idêntica à da floresta, mas também não é idêntica às áreas *agrurbanas*. Portanto, é esta condição de identidade entre o *sujeito* e seus *atributos* (o “*predicado*”, isto é, como um *habitus de classe* que se institui) do território produzido que permite-nos apreender o que é e como se dá esta relação de *pertencimento como um* (“*ethos social*”) em *ser do campo*, da *floresta* ou da *cidade (agrurbano)*.

### 3.6.3 A expressão da agrarialidade

O que há de mais marcante no agrário amazônico-acreano é a realidade que emerge do *campo* e da *floresta*. Ora, a *floresta* sempre foi vista como território considerado não-produzido, isto é, onde as forças naturais têm domínio absoluto. Esta visão é tão profunda que a política de abertura da fronteira amazônica, a partir de 1960, foi toda montada sobre este pressuposto, em especial perante a ideologia difundida pela ditadura militar quando apregoavam: “homens sem terra para as terras sem homens”. Na realidade vivida da Amazônia-acreana, os espaço florestais estiveram na base da instalação do setor produtivo, cujo seringal (como empresa extrativa) fora a instituição do latifúndio regional, como domínio privado da propriedade fundiária. Portanto, se como fontes de recursos o potencial da floresta não foi criado por ações sociais, as bases para a instalação da empresa extrativa foram, isto é, as estradas de seringas, os varadouros, as colocações, os barracões etc. Assim, temos de considerar a floresta como espaço produzido, emergindo no âmbito da incorporação desta região da Amazônia ao processo produtivo global, embora sob condições diferentes da que se produzia no *campo*.

Então o que era a institucionalização do espaço produzido na floresta? Segundo **Gonçalves** (1999, p. 73), a base disso foi o complexo seringal-colocação, que não era apenas um lugar de produção de borracha; “era não só um lugar ocupado; era, um lugar

habitado, habitat e *habitus*, e assim um *locus* de conformação de subjetividades”. Vemos, então, que aí se instituem verdadeiros espaços e territórios vivenciais. Assim, *ser da floresta*, é pertencer a um processo histórico instituinte de arranjos socioespaciais/territoriais, que, negando a improdutividade desta, pela luta e resistência, estabelecem condições de vida que tornam-na habitada há mais de cem anos<sup>27</sup>. Daí se depreende a vida florestana dos trabalhadores que, na floresta, territorializam suas bases existenciais. Essas bases firmam-se como auto-sustentação numa realidade produzida majoritariamente por recursos providos da natureza, mas que no âmbito da vivência florestana também se apóiam em outras atividades, que não necessariamente extrativistas. A pequena lavoura (o roçado) e a pequena pecuária também fazem parte do seu universo produtivo em seus territórios vivenciais. Vejamos a Figura 1:

**Figura 1:**  
**Representação do território vivencial camponês florestal (colocação)**



**Fonte:** Elaborado e desenhado pelo autor, 2004.

Um aspecto interessante que se pode observar é o predomínio de áreas florestais, nas quais sua estrutura produtiva se molda a partir das estradas de seringa. Todavia, na atualidade, a atividade extrativa da borracha nem sempre é a principal. O curso d'água é

<sup>27</sup> – Cabe ressaltar que o *espaço produzido* é produto da ação social, portanto corresponde ao que se pode chamar de *espaço social* (SANCHEZ, 1991). Na situação aqui referida, fica claro que se trata de um espaço resultante da atuação do social sobre o ambiente natural (a floresta), modificando segundo os interesses das forças

parte fundamental no cotidiano familiar como ambiente de pesca, de captação de água (para o consumo próprio, para o banho e para os animais), e, dependendo do tamanho do mesmo, também é via de circulação. O varadouro (carreador) é o que dá sentido à ligação com outras colocações, portanto é via de circulação, mas junto com o rio é também via para a sociabilidade. O roçado demonstra a necessidade de produzir a base alimentar da família, sob a ótica de auto-sustentar, mas também mostra a proximidade dos valores socioculturais com outros grupos camponeses que não vivem *na e da floresta* (p.e, na prática de diversas atividades produtivas – seja coleta extrativa ou de policultura). Enfim, tudo isso mostra as condições de um universo representativo que dá o conteúdo significado no *pertencimento* ao território florestal. Portanto, *ser da floresta* é condição instituída e que se institui por duas significações adjetivas: do ponto de vista social, temos para o sujeito *florestano* – o camponês florestal – a condição qualitativa de *florestanidade* (que é o *pertencimento* desses como *sujeitos sociais ativos da floresta*), por outro lado, do ponto da vista da *instituição de territorialidade*, firmam-se as bases qualificantes para tratarmos da condição de *florestalidade* (que se refere ao *pertencimento* à floresta como *condição de ser parte territorial*). Nesse sentido, a *florestanidade* é propriedade exclusiva do *camponês florestal* e de suas áreas de vivência. Porém, a *florestalidade* pode estar designando a condição territorial, mas não necessariamente estará vinculada à condição de *pertencimento social*<sup>28</sup>.

Vejamos agora com relação ao campo. Poderíamos dizer que, na Amazônia-acreana, *ser do campo* é algo recente? Primeiro, temos de considerar que *campo agricultável* não se trata de algo recente, mesmo na Amazônia-acreana. Ademais, do ponto de vista social, apesar de manter as bases produtivas campesinas, esses trabalhadores produzem arranjos socioespaciais noutras lógicas, que relativamente negam a floresta (figura 2).

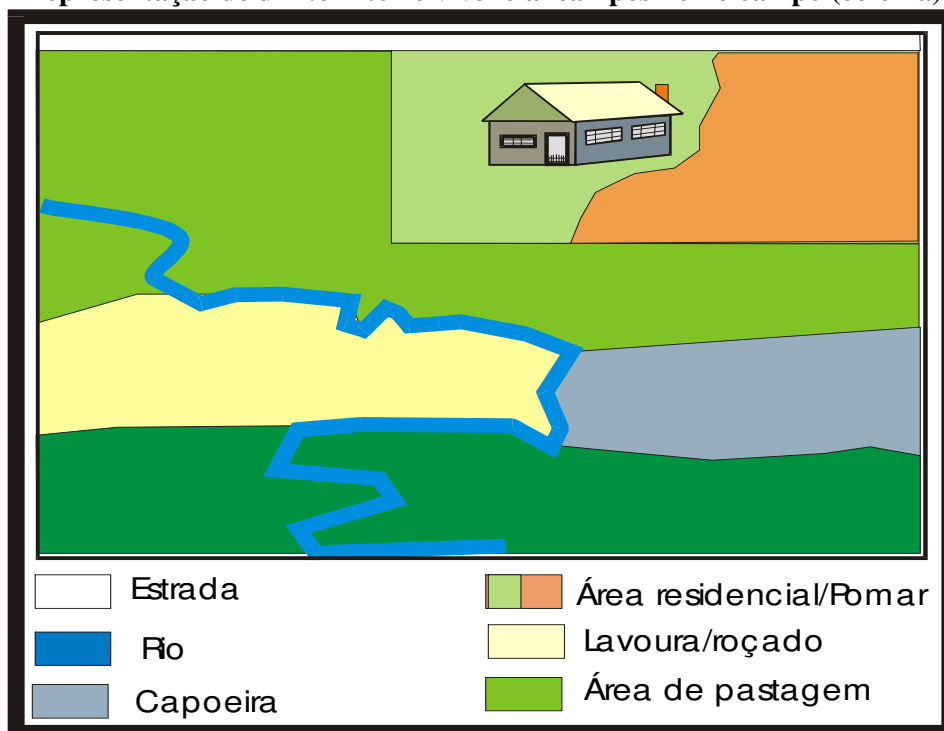
Na verdade, a produção de um espaço voltado para a atividade agrícola de auto-sustentação familiar, no Acre, remonta ao final do século XIX. Isso será aprofundado em partes seguintes do trabalho, mas de antemão basta pontuarmos que já no âmbito do conflito com a Bolívia, por indicação do comandante acreano, as primeiras colônias agrícolas foram instaladas. Era uma estratégia de produzir aquilo que não podia mais vir pelos rios, por causa da “guerra”(os bolivianos controlavam a passagem de barcos, no rio Acre, à altura da atual cidade de Porto Acre – antiga Puerto Alonso). Com a incorporação do Acre pelo Brasil, nos anos iniciais do século XX, sabe-se que em 1908, algumas colônias agrícolas foram

---

hegemônicas (exploração da potencialidade desta) que se impõem através de determinados processos de produção (a instituição do seringal, a propriedade da terra etc.).

implantadas nas proximidades das incipientes cidades locais (em especial, de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira). No período que sucede à crise na empresa extrativista, pós 1912 (até o início da década de 1940 – durante a Segunda Guerra Mundial), há um aumento relativo do interesse na produção agrícola, até por que a escassez de mercadorias e de dinheiro externo não facilitava a aquisição de certos produtos no mercado. Após a II Guerra Mundial (em que a economia empresarial extrativista fora rapidamente rearticulada, porém numa estratégia deveras efêmera), a atividade agrícola e a expansão dos *campos cultiváveis* por trabalhadores familiares ampliam-se. Com a política de rearticulação da fronteira pós 1970 este espaço produzido ganha maior vigor. Então, já se podia falar de uma população mais ampla que tinha (e tem) seu *pertencimento ao campo*, no Acre.

**Figura 2:**  
**Representação de um território vivencial campesino no campo (colônia)**



Fonte: Elaborado e desenhado pelo autor, 2004.

Portanto, a condição de *ser do campo*, refere-se a outra possibilidade de vivência no agrário amazônico que não esteve totalmente articulada à coexistência com a floresta. Essa sim se manifestava como possibilidade de transformação e recriação de ambientes aptos à produção agrícola e criatória. A floresta estava para estes sujeitos sociais,

<sup>28</sup> - Isso significa que pode designar espaço produzido que não necessariamente vincule o *sentido social* ao ambiente produzido na floresta, como as UCs. ou até áreas de atuação de empresas privadas.

como estaria uma área de campo para o trabalhador florestal. Se voltarmos à Figura 2, notaremos que há uma divisão no arranjo territorial em que, partindo das proximidades da via de circulação, firma-se uma tendência à expansão da área de pastagem. Todavia, também, sua auto-sustentação deriva da diversidade do que plantam e criam, e até do que vendem. Nisso a proximidade territorial e organizativa do espaço produtivo tende a se dar mais com a cidade do que o que acontece com camponês florestal. Tomando a estrutura sociocultural como valores de vidas, costumes, padrões de produção da auto-sustentação etc., estes valores inserem no universo do mundo camponês uma amplitude de significações que lhe sustentam numa relação com a *terra de trabalho*, tal qual a floresta ao trabalhador florestal. Então, considerando tais prerrogativas, vemos também nisso forjarem-se as condições de *pertencimento* em uma *campesidade* e uma *camponesidade* amazônica-acreana que se institui desta conjuntura geográfica e histórica produzida. A primeira se institui a partir da condição territorial que se forja em *ser do campo*; a segunda provém da condição enquanto sujeito social sob um modo campesino de viver que se espacializa.

Portanto, no âmbito do espaço produzido, *florestalidade*, *florestanidade*, *campesidade* e a *camponesidade*, são significações que se inserem na diversidade na qual se apresenta a *agrarialidade* amazônica-acreana. Estas significações se dão, ora como possibilidade de expressão da resistência camponesa (como viés autêntico do conteúdo das contradições do agrário brasileiro), ora com grande suscetibilidade para serem absorvidas na produção hegemônica que tende a se impor também sobre o território de vivência camponês (p.e, como processo de inserção no âmbito político do chamado “novo rural brasileiro”).

Outro ponto que marca estes elos no universo representacional do vivido camponês tem sido introduzido, tanto em ambiente do *campo* como da *floresta*, pelas práticas de atividades de agrossilviculturas. Essas práticas vêm com perspectiva de redimensionar os espaços produtivos camponeses com as atividades agroflorestais e agropecuárias de auto-sustentação, sob base produtivas consorciadas de espécies perenes e silvícolas, especialmente com os Sistemas Agroflorestais (SAFs). Então, áreas de capoeiras vão sendo reaproveitadas para o reflorestamento sob ambiente (re) produzido com bom potencial produtivo. Vemos que no campo das representações, tem-se uma unificação maior do universo representativo camponês amazônico-acreano, seja do *campo* ou da *floresta*<sup>29</sup>. Os saberes acumulados, sejam

---

<sup>29</sup> - Como acomodação de forças sociais camponesas diversas, iniciadas sobre territórios expropriados dos indígenas, o processo de geração de saberes, que aqui referimos, tem uma lógica coerente com o que ocorre nos rearranjos que sucedem à chegada do migrante mais recente. Então “suas experiências vividas ficaram para trás e a nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo de ação e o tempo de memória” (SANTOS, 2002, p.328), em que se defrontam os diversos grupos sociais na Amazônia-acreana.

frutos das experiências vividas ou aprendidos pelos trabalhadores locais junto às populações autóctones, ou ainda trazidos pelos migrantes, parecem estar se amarrando a novos processos produtivos e, integralmente, territorializando-se em áreas vivenciais camponesas. São rastros do passado que se apresentam na praticabilidade de recriação da vivência camponesa, no cotidiano social seja do *campo* ou da *floresta*, às vezes até impulsionados por vínculos de forças externas (como na adoção da prática dos SAFs., p.e.).

No universo representativo do simbólico e do imaginário que apresentamos, a partir da expressão da *agrarialidade*, ainda fica a possibilidade para a apreensão de aspectos da espacialidade e territorialidade que se concretizam no agrário produzido. Nisso a condição *vivencial* aparece como a marca fundamental no âmbito da significação do agrário camponês. Para compreendermos melhor estes aspectos, há dois conceitos básicos que agora se fazem necessários de maiores reforços reflexivos, são eles: *espaço vivência* e *território de vivência*.

Na realidade tratada, onde se inscrevem estes conceitos? Pensamos que estes vêm como marcas dos processos que ficaram impregnados na formação social do espaço e do território de vivido na floresta, mas também da vida que dela saiu para produzir outras dinâmicas socioespaciais, seja no *campo* ou na *cidade*; ou do sentido de conflitos e resistência dos trabalhadores da floresta, como explicou Julio **Barbosa** (1993, p. 25):

Essa relação conflituosa que começou existir entre as populações que aqui existiam, que nasceram aqui [...], essas populações eram consideradas já como nativas, com a cultura da Amazônia, em relação à vivência na floresta, em relação à vivência com o sistema de produção tradicional.

Vamos aprofundar mais estes pontos no item seguinte.

### **3.7 Na vivência camponesa: o espaço e o território na vida cotidiana**

Em sua cotidianidade os grupos camponeses no *campo* e na *floresta* desenham ações que conformam seus traçados de trabalho, vida familiar e comunitária; então, formam ambientes de circulação e de suas práticas sociais mais localizadas. Nisso estabelecem sua projeção por ações que extrapolam seus locais vividos e por meio da circulação, submetem e projetam seu *espaço de vivência*. Este espaço nem sempre resume as dimensões “dos dados vividos”, como “dados da prática social” (LEFEBVRE, 1999), pois se insere na dinâmica escalar da circulação e da atuação cotidiana dos sujeitos sociais aqui



referidos<sup>30</sup>. Estamos certos de que a dimensão significada pela designação de *vivência* e *vivencial*, na realidade camponesa amazônica acreana, contém em si as dimensões do que é significado no conceito de vivido nos termos referidos. A *vivência* é o *vivido* no movimento das condições presentes, mas interligados dialeticamente em plena relação espaço/temporal processualmente visto nas condições de seu *ser* e de seu *vir-a-ser*. Aí está a dimensão da luta, pautado no modo de vida, nos conflitos vividos, na identidade sociocultural, enfim, na unidade que se forma entre suas perspectivas de ações e todo o conteúdo representado<sup>31</sup>.

Qual é a representação do termo vivencial no âmbito do espaço social produzido pelo camponês? Pensamos em alguns apontamentos para começarmos a refletir sobre a questão:

Primeiro, é que *viver* é a razão fundamental que todos ganham como direito natural ao nascer, mas *viver socialmente* é ato dinâmico que nos é dado ao sermos inseridos na vida social que herdamos de nossos antepassados. Nisto já se trata da significação de *vivência*, ou melhor, de “*con-vivência*”. A *vivência* se situa num lugar e é fruto de um processo vivido, em que se realiza no presente, mas também como processo projetivo na construção social e espacial da humanidade.

Segundo, o *lugar* é a matriz das ações e do reconhecimento da dimensão da materialidade da espacialidade da *vivência*. Portanto, a noção de *vivência* que estamos propondo incorpora uma realidade contraditória que, se por um lado deixa marca num território agrário conhecido – a morada familiar do trabalhador, p.e. (colocação, o seringal, a colônia, o projeto); por outro, é projetiva por espaço de ações em que, caso deixe marcas, essas nem sempre serão passíveis de detecção exata, pois se processam em nível de coletividades maiores e dão-se conforme as conveniências de circulação (pessoas e mercadorias). Então, extrapola áreas de atividades familiares e comunitárias, colocando os sujeitos sociais que lhes promovem em contato com o mundo circunvizinho. Assim estabelece

---

<sup>30</sup> - Conforme Sanchez (1991), com relação à “escala vivencial”, pode-se dizer que não se apresenta como dimensões territoriais definidas, mas sim sinalizando “as formas de atuação individual e as relações direta do homem com o meio em sua vida cotidiana”. Sua importância está em nos permitir considerar as trocas na localização e na própria dimensão dos espaços da vida cotidiana, e como se vêem afetados pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

<sup>31</sup> - Neste sentido, vemos a *vivência* como dimensões de “experiências vivas ou vividas”; como “atitudes ou expressões da consciência” (ABBAGNANO, 2000). Assim, quando os sujeitos sociais mencionam a palavra *vivência*, permitem-nos apreender a sua cumplicidade no seu agir com a realidade na qual estão inseridos. Nisto expressam também seus sentimentos, seus desejos, suas ansias e buscas, pois nas suas condições Ser social, sua *vivência* é também expressão no seu modo de pensar e agir. Por isto a “vivência é sempre consciente de si mesma” (DILTHEY *apud* ABBAGNANO, 2000), colocada como referência histórica e geográfica quando referida à condição coletiva e de classe pelos camponeses amazônicos-acreanos.

outros níveis de relação que não são necessariamente de “*con-vivência*”, ou melhor, de cumplicidade, p. e., naquelas de parcerias, de comercialização, de embates políticos etc.

A *vivência* pressupõe cumplicidade. Para entendermos melhor isso, aqui cabe a noção de um possível *arranjo da moradia*, da “*casa*”, do “*habitar*”<sup>32</sup>, como muitos usam para definir o significado de “ecologia” (o que ainda não discutiremos aqui). A noção de arranjar, administrar, organizar a *casa*, o *habitar*, traz o conteúdo espacial e territorial que, às vezes, profissionais que militam nas áreas de ciências humanas e ecologia não lhes dão o devido sentido. A *casa*, o *habitar* significa o lugar onde moramos – a terra em que vivemos e partilhamos nossas emoções, realidade familiar, de onde partimos para nossa faina cotidiana, ou seja, *para a labuta do dia-a-dia*. Portanto, se a Geografia é vista como estudo que tem por base o que é grafado (grafia) da/na terra (geo) pelo homem na interface da sociedade e da natureza<sup>33</sup>, então, como conhecimento humano, processa-se depreendendo da cotidianidade de cada sujeito social (anônimo ou não) que promove as dinâmicas no “arranjar a casa”, ou para ser mais preciso, no que os gregos chamavam de “*oikos*” (a casa, o lar, a morada).

Partindo desta concepção vemos então que a *colocação*, *lote* ou a *colônia*, para o camponês amazônico-acreano, enquanto unidade geográfica da sua *vivência*, é mais que um espaço de vital - é *locus* de sua moradia e símbolo territorial de seu “existir”. É território do *habitar*, do *estar* em um lugar determinado, “enraizado nele e pertencer a ele” (BOLLNOW, 1969, p. 119), da *vivência*. É *locus* em que certas práticas e comportamentos familiares, sociais e coletivos se corporificam e dão sentido à vida (GONÇALVES, 1998). Do ponto de vista geral, pode-se dizer como espaço representacional, a noção que se faz presente aproxima-se daquilo que **Bourdieu** (1996, p.21-22) define como *habitus*. O *habitus* como “[...] esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”. Mas a *vivência* se introduz como o motor do espaço social produzido, sendo ainda parte integrante do processo que territorializa no lugar,

<sup>32</sup> - **Bollnow** (1969, p. 245), recorrendo ao raciocínio de Heidegger, coloca-nos que os homens tem primeiramente de “habitar”, e a respeito disto explica o filósofo: ‘ser homem significa [...] habitar’. A ação de habitar designa sempre um modo de encontrar-se no espaço, pois habitar significa não ficar abandonado em lugar qualquer, mas estar abrigado no amparo da casa”.

<sup>33</sup> - A reflexão sobre o papel das bases naturais como fundamentais para a produção de alimentos, na apropriação do econômico, feita no excelente trabalho de **Lütgens** (1954, p. 270-271), já nos adiantava a relação de quando o econômico se inter-cruza e até se interpenetra com a natureza e se reproduzem no que podemos dizer geográfico: “no que diz respeito ao problema geográfico-econômico fundamental – assegurar a alimentação e o abastecimento mundial – temos que chamar a atenção [...] sobre o clima, sobre o solo e o problema da água o homem somente pode exercer poucas influências. Estas são as bases de toda a produção de alimentos. Temos que considerar ainda o mundo vegetal e o mundo animal natural [...], o papel que desempenham para a

indo, portanto, além das condições propositadas do “*habitus*” na visão antes referida, mas o contem como sendo um atributo que permeia a dinâmica vivencial (algo semelhante à relação de que está o espírito ou a alma para o corpo, na visão de um “crente”).

Mas o que quer dizer *vivencial*, enquanto signo fundamental que estamos colocando para a apreensão da complexidade do agrário no espaço produzido? O termo *vivencial* é derivado de *vivência*, que provém do latim *viventia*, e que quer dizer *viver, estar em vida*. No Norte do Brasil, o termo “vivência” aplica-se a hábitos de vida (FORMAR, 1966); já aplicado aos grupos sociais, o sentido é bem mais amplo, referindo-se às manifestações reais e sensitivas da vida no sentido da compartilhação de experiências vividas que afetam e são afetadas por elas, interiorizando-a em si, verdadeiramente, num sentido passional (BRUGGER, 1969). Esta condição, segundo o autor, é como o sentido profundo das sensações que nos prendem algo na “alma”, semelhante à sensação do nascimento ou da morte de um *ente* querido.

É esta dimensão de grupos sociais localizados, carregando seus valores socioculturais, seu modo de vida familiar, comunitário e coletivo, relações de trabalho e com o ambiente natural, ou ainda, promovendo suas relações objetivas e subjetivas, no sentido do *existir* em que se dão a forma e o conteúdo (social, ambiental, cultural, político e territorial) que propomos entender por *espaço vivencial*. Sua compreensão vai além da noção de *território de vivência*, pois nesta restringimos a condição de *ser e estar* na sua *moradia*, localizando-o. Vai além da noção de território visto como espaço do exercício do poder sobre área delimitada (RAFFESTIN, 1993; embora se expresse por territorialidades de sujeitos sociais), pois se define pela dinâmica de circulação<sup>34</sup>. Apresenta-se concretamente não como único, mas por multiplicidade de expressões espaciais. Desta forma, pode-se dizer que os *espaços vivenciais* de um grupo, de um segmento social, entrecruzam-se e se interpenetram noutros níveis da coletividade humana que forma complexidade social, ou seja, no espaço social produzido; é aí que se submete às forças hegemônicas da sociedade em que vivemos.

Assim, o espaço vivencial de um grupo ou classe social é o espaço de sua história, de suas paisagens vividas, de seu imaginário e símbolos, do sentido do que foi e será vivido no seu *ser* e no *vir a ser*, dos lugares que se relacionam (p.e., que vai de sua moradia à

---

alimentação, rios, lagos e mares [...]”. Isso, todavia, é norteado pela dimensão que o capital se impõe na sua reprodução sobre a natureza.

<sup>34</sup> - É nisso que a noção de *vivência* se coloca como mais significativa do que o “vivido” de Lefebvre (1999), pois é espaço presente na dinâmica de produção e circulação das ações de sujeitos em práticas sociais. Vemos o *espaço vivencial* como espaço concreto, tal como para Santos (2002, p. 55) em que “o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’”.

cidade onde compra e vende produtos e mercadorias), das transformações que ocorrem e seus domínios de vida e no seu ambiente natural e social etc<sup>35</sup>. Isso, visto na relação processual de sujeitos sociais localizados numa gradual dimensionalidade de suas formações socioespaciais, refere-se à espacialidade destes na conjuntura em que se inserem.

Mas o que faz esta ligação entre o espaço e o território de vivência? Com relação ao território também apresentamos alguns pontos. Mas vejamos mais. O *território de vivência* resume os aspectos territoriais, constituindo-se na dimensão nuclear da família – da moradia, as áreas de trabalhos, passíveis de delimitação precisa. Aqui os elementos objetivos e subjetivos que nutrem a dialética do *espaço vivencial* se alimentam também das dinâmicas do *território de vivência*, mas se localizam formando as bases para esta dimensão mais ampla (referimos espaço vivencial no contexto geral do espaço produzido). Cada território é um universo de representações e significações em que se dá por formas concretas no âmbito inter-relacional comunitário e coletivo por ações principiadas do ambiente familiar, como raiz de formação para o espaço vivencial.

Apesar de se processar sobre dimensão de territórios de vivências diversas, o *espaço vivencial* não deve ser tratado como uma dimensão necessariamente contínua, mas sim contendo verdadeiras descontinuidades. Aqui *vivência* é parte de ações e atitudes humanas vitais (BOLLNOW, 1969) e das contradições que produzem e são produzidas na sociedade em seu cotidiano, na extensão territorial e na circulação (de pessoas). Assim, é parte de um constructo social no qual se formaliza o princípio de redes de relações que unem o lugar, o território de vivência camponesa ao circuito de relações externas. É, portanto, ambiente de *externalização* daquilo que o território de vivência é *internalizador*. Isto se dá numa dialética de interconexões por processo de resistências/aderências ao global perante o local<sup>36</sup>. Assim, vemos sua abrangência conceitual na análise mais ampla do espaço produzido, p.e., como do universo de vivência camponesa amazônica-acreana.

Voltando este conteúdo para a realidade amazônica-acreana, quando referimo-nos ao *espaço vivencial* estamos tratando de todo espaço de circulação do camponês desde sua pequena propriedade ou posse (colônia ou colocação), passando pela comunidade, organizações coletivas, sindicatos, até o comércio e o seu trânsito pelo espaço

---

<sup>35</sup> - Aqui consideramos esta situação no âmbito de uma cultura popular, ou seja, daquela que “tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e seu meio, mas seu alcance é o mundo” (SANTOS, 2002, p. 327). É nestas dimensões de culturas que se processou a resistência seringueira, p.e.

<sup>36</sup> - Noutras palavras, do local com o mundo, visto que “o mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 2002, p.337).

urbano/citadino. Isso significa que nele se dimensiona o socioespacial/territorial, no qual se vivencia o cotidiano social, mas também por onde desfilam seus valores socioculturais e seus símbolos, constituindo no espaço para a realização de seu imaginário social e coletivo. É o espaço de seus movimentos no (s) território (s) no dia-a-dia do seu viver. Já quando nos referimos ao *território vivencial*, estamos tratando de lugar da realização social da família, seu território de trabalho (sua posse, colocação ou colônia). É o *habitar* familiar. Então, esse “território” é apenas parte do espaço vivencial em seu movimento, em seu “fluxo” na dimensão condicional do que é o “fixo”, como local onde o sujeito social habita.

Portanto, para os trabalhadores camponeses amazônicos, a relação que se estabelece externamente com o mundo que o circunda, se dá no âmbito desta relação território-espaço vivencial. Não perpassa por casualidade mecanicamente concebida entre o ambiente (florestal ou de lavoura) e sua consciência individual ou coletiva, mas sim por uma “espécie” de cumplicidade à sua condição de *ser* em si mesmo (no sentido ontológico), no âmbito do agrário produzido seja no *campo*, na *floresta* ou até nas *cidades locais*. Daí, o forte o senso de resistência social que brota nos momentos em que tais condições em si são ameaçadas; nisso a condição de vivência aflora como expressão de classe social, como expressão de seu *habitus*, ou seja, na consciência de classe manifestada integralmente em defesa própria perante a ameaça externa. A partir de então a luta e a resistência terão maior expressão no cotidiano vivencial.

U'